



INTERNACIONAL

França + pag/26

Mais uma
**revolta contra a
impunidade e o
Estado policial**

EDUCAÇÃO

+ pag/16

COMBATER
A DIREÇÃO
TRAIDORA
DA UNE

JUNHO 2013

+ pag/10

Junho de 2013:
**um salto na
luta de classes
no Brasil**

**Só é possível derrotar o
Arcabouço Fiscal com a luta de
classes, com real independência de
classe (oposição revolucionária)
ao governo burguês de frente
ampla de Lula/Alckmin!**

INTERNACIONAL + pag/23

**Motim aventureiro
do grupo Wagner se
chocou de frente
com a centralização
da burocracia**

OPERÁRIO + pag/20

**ESCANCARADO
PARASITISMO
DAS MONTADORAS**

*Empresas deixam de pagar bilhões ao Estado,
enquanto continuam a demitir e destruir
direitos trabalhistas*

INTERNACIONAL + pag/25

Palestina

**Responder ao terrorismo de Estado
com a luta de classes: pela derrota
de Israel diante dos palestinos!**



Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia!



PPRI

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**



 **ppri4.org**

ppri.partido@proton.me

[//">correntesindicalmarxistagloria@proton.me //](mailto:correntesindicalmarxistagloria@proton.me)

correnteestudantimarxistagloria@proton.me

Só é possível derrotar o Arcabouço Fiscal com a luta de classes, com real independência de classe (oposição revolucionária) ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin

No Brasil, hoje, a classe operária e demais explorados têm diante de si uma situação que é oposta à dos parasitas da dívida pública e demais capitalistas.

As montadoras GM, Hyundai, Stellantis (Renault, Fiat) e Volkswagen suspenderam no todo ou em parte a produção de veículos, mandando os trabalhadores para casa, sem salários ou com os salários reduzidos (Lay off). A paralisação da produção ocorre logo após se esgotar o subsídio do governo federal para compra de automóveis. Com a queda das vendas, os pátios voltaram a lotar e não há perspectivas de melhora na produção. Ou seja, as montadoras estão na mesma situação de maio, quando se negociou o subsídio. Agora, depois de embolsarem dezenas de milhões de reais cada uma, fecham as fábricas e mandam os operários para casa, sem salários. A paralisação vai afetar ainda toda a cadeia produtiva, e o comércio das cidades onde estão as fábricas.

As empresas alegam que estão apenas utilizando os mecanismos negociados com os sindicatos anteriormente. As direções sindicais burocratizadas ajudam os patrões a ampliarem a superexploração do trabalho. Quando as vendas andam, os operários trabalham duro e só recebem míseros salários; quando as vendas caem, os operários são obrigados a engolir os prejuízos da queda da produção. Os capitalistas continuam ganhando, em um caso ou em outro. A alternativa aos operários é serem superexplorados ou ficarem sem salários, ou, pior, sem empregos.

O Brasil tem registrado índices econômicos que favorecem os investimentos capitalistas. A inflação está em queda, caminhando para os 3% anuais exigidos pelos bancos. O dólar caiu e, com ele, os combustíveis e a carne. As bolsas de valores apresentam alta dos rendimentos. O Brasil ganhou uma nota positiva da empresa de especulação Standart & Poor's estadunidense, o que é um sinal para que os especuladores invistam aqui.

A aprovação do Arcabouço Fiscal proposto pelo governo federal é um rebaixamento do limite dos gastos federais em relação ao Teto de Gastos imposto por Michel Temer, em 2017. Trata-se da essência da política econômica do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. E tem como objetivo garantir aos parasitas da dívida pública que seus ganhos, de mais de R\$ 700 bilhões por ano, sejam realizados. Para isso, limita-se o poder de investimento do Estado brasileiro na economia. Uma economia que não pode contar com seu principal e maior investidor, está fadada a estagnar, ou retroceder. E ainda, corta gastos com serviços sociais públicos (Saúde, Educação, Moradia e Aposentadoria), e arrocha os salários do funcionalismo público, sendo possível ainda o total cancelamento de contratações.

Aprovou-se o Marco Temporal na Câmara dos Deputados. Em resumo, qualquer demarcação de terras indígenas somente será aceita se comprovada a moradia anterior a 1988. É a oficialização da grilagem das terras indígenas, favorecendo amplamente os madeireiros, garimpeiros, e o agronegócio.

O desemprego caiu sensivelmente. Mas aumentou muito a contratação precária (sem carteira) e terceirizada. Hoje, trabalha-se mais, para se ganhar menos. E esse menos tem

cada vez menos poder de compra, no dia a dia da busca do sustento familiar.

Levando tudo o dito acima em conta, só se pode concluir que os capitalistas têm sido cada vez mais favorecidos pela conjuntura e pelo governo federal. Isso, à custa de aumentar enormemente a exploração do trabalho assalariado e do meio ambiente, em desfavor dos indígenas.

A política do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin corresponde aos interesses gerais do imperialismo e da grande burguesia nacional. E tudo em detrimento da maioria nacional oprimida. Essa imposição corresponde às necessidades da burguesia mundial, diante dos impasses causados pela conjuntura internacional.

A crise mundial capitalista, aberta em 2008 e retomada a partir de 2013, é expressão da decomposição do modo de produção assentado na exploração do trabalho assalariado. Esgotou-se o período de recomposição das forças produtivas, criado pela destruição causada pela 2ª Guerra Mundial. Recolocam-se as forças contraditórias e de disputa entre as potências imperialistas (aprofundamento da guerra comercial), e, agora, entre elas e os estados operários degenerados (China e Rússia). Não pode haver crescimento das forças produtivas em uma região se não for à custa da destruição delas em outra parte do mundo. A superprodução capitalista impõe o retrocesso das indústrias e agricultura nas potências. A exportação de capitais no quadro atual favorece a desindustrialização local. É por isso que a produção das potências capitalistas se encolhe, ano a ano. Enquanto isso, a China se ergue, ao ponto de produzir quase um terço do total mundial. E a Rússia avança, se tornando praticamente em autossuficiente, produtor das mais modernas tecnologias militares, credor mundial, e desintegrando sua dívida externa. Este choque, entre as forças capitalistas e as dos estados operários degenerados, permeia a maior parte dos conflitos mundiais, sejam comerciais, políticos, ou bélicos.

Não se restringem à guerra na Ucrânia entre OTAN e Rússia. A ameaça de guerra no Pacífico Sul está colocada e em desenvolvimento, seja por Taiwan, entre as Coreias ou da parte do Japão. A guerra civil no Sudão, ou o conflito na Sérvia, têm por trás essas mesmas forças. Também nos golpes no Peru e no Equador, com resoluções opostas. E em eleições, como no Paraguai ou na Guatemala. Também em acordos comerciais, como no caso da Rota da Seda, entre os países árabes, ou na África e no continente americano.

Os diplomatas estadunidenses deixaram claro em entrevistas que o governo Biden trabalhou direta e indiretamente pela eleição da chapa Lula/Alckmin. O governo eleito não tem nada de reformista. É um governo formado a partir do apoio ianque, assentado numa ampla aliança de partidos e frações burguesas, das mais direitistas, com apoio e subordinação de partidos de esquerda, como o PSOL, e das organizações de massas, como as centrais sindicais, UNE, MST, etc. Embora tenha construído essa grande frente política, está com os pés sobre um chão que treme e se fratura, que é a economia nacional, ligada cada vez mais à economia mundial. Daí as contradições e choques internos por que passa. Sem a pressão

das massas, desorganizadas e desorientadas pela política das direções, subordinadas a um governo burguês, as frações oligárquicas disputam as fatias do orçamento público que o capital financeiro lhes joga, como restos da refeição. E a China e Rússia avançam seus acordos comerciais e investimentos, no país e no continente, basta olhar para o recente acordo com a Rússia, para a exploração do lítio na Bolívia.

As massas têm apenas um caminho, nas atuais condições, para avançar em sua defesa própria: levantar suas reivindicações mais sentidas, gerais e específicas, juntá-las numa plataforma única, unificar suas lutas, usando os métodos próprios da luta de classes, organizando-se com a real independência de classe (oposição revolucionária aos governos), tomando assim seus problemas em suas próprias mãos,

para defender suas condições de vida e trabalho, e seus direitos sociais. Essa defesa das massas se choca frontalmente com o governo Lula/Alckmin, governadores e prefeitos, mas também com as direções que lhe são subordinadas e bloqueiam as lutas. Não é possível fazer essa defesa, combater para pôr abaixo o Arcabouço Fiscal, o Marco Temporal, e conquistar as reivindicações mais sentidas sem se enfrentar com o governo Lula/Alckmin. Enganam-se e às massas os que supõem que o Arcabouço seja somente “uma política” do governo. É sua essência e razão de existir. As reivindicações das massas se chocam com os fundamentos do Arcabouço. ***Derrubemo-lo com a luta de classes! E defendamos as lutas do proletariado mundial: Pela vitória da juventude na França e derrota militar da OTAN!*** ●

“Nova” política de preços da Petrobrás continua beneficiando importadores de combustíveis

A Petrobrás anunciou, no dia 15/06, nova redução no preço da gasolina em suas refinarias. O preço cairá R\$ 0,13 por litro, uma redução de 4,66%. Desde o anúncio do fim da Paridade de Preços de Importação (PPI), em 16/05, é a segunda medida de diminuição.

Assim como no primeiro anúncio, a atual redução ocorre em um contexto de desvalorização do dólar frente ao real, e de queda no preço do petróleo no mercado mundial, de forma que, até o momento, as reduções ainda não configuram de fato um abandono da política anterior. São reajustes ligados às flutuações do mercado e as decisões das multinacionais que controlam a produção e refino mundiais. Cálculos da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) apontam que a defasagem dos preços atuais com o PPI é de 10% na gasolina e ape-

nas 3% no diesel.

Curioso notar que não houve redução do diesel no anúncio deste mês. Isto para não prejudicar as empresas importadoras de combustíveis, que importam principalmente óleo diesel. Dados do Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo de 2022, elaborado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), apontam que, no ano de 2022, do total de volume importado, 40,1% correspondia ao óleo diesel, movimentando US\$ 7,1 bilhões, e somente 6,7% à gasolina.

Como a demanda por óleo diesel no mercado interno vem aumentando ano a ano, e a capacidade de refino no país está estagnada há mais de uma década, as importadoras de diesel foram ganhando cada vez mais mercado e força econômica e política, e, junto com os acionistas da Petrobrás (a maior parte grandes fundos de investimentos

estrangeiros), pressionam para que a estatal e o governo não abandonem a política de preços vinculada ao mercado internacional.

O peso cada vez maior dos importadores na composição de preços internos dos combustíveis e refinados reflete o processo de aceleradas privatizações e submissão da Petrobrás aos ditames do capital financeiro e dos monopólios petrolíferos mundiais. Ao entregar grande parte da indústria de refino, deixou-se nas mãos dos capitais e acionistas estrangeiros a imposição de fora para dentro dos preços de comercialização. Assim, enquanto os capitalistas enriquecem, se aproveitando da diferença entre os preços de custo internos e os de produção externos, o Estado perde sua soberania para agir sobre o mercado e fica assim a reboque do decidido pelos grandes cartéis petrolíferos. ●

Sindicato dos petroleiros CE/PI (FUP) encerra greve sem nenhuma garantia do governo/Petrobrás

Lutar contra as privatizações com os métodos da ação direta!

No dia 27/06, os petroleiros da Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor), no Ceará, iniciaram uma greve contra a privatização da unidade. O anúncio da venda para o Grepar Participações Ltda foi feito em maio de 2022, sob o governo Bolsonaro. No entanto, pendências no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) adiaram a conclusão da venda. No dia 22/06, o CADE aprovou o negócio.

Dois dias após o início da greve, no dia 29/06, o Sindipetro CE/PI (filial à FUP) anunciou o fim da greve. Na matéria publicada pelo Sindicato, há a manchete “Petroleiros do Ceará suspendem greve, após compromissos assumidos pela Petrobrás”. Ocorre que o Governo/Petrobrás em nenhum momento anunciou que não privatizará a unidade. Pelo contrário, já que na Carta do RH da empresa enviada ao Sindicato consta que “Acerca do desinvestimento da Lubnor, a Petrobras esclarece

que há condições precedentes ainda necessárias para a concretização do *closing*”.

Os petroleiros e os movimentos sociais precisam superar a ilusão de que o Governo Lula é um governo que defende os interesses nacionais, os interesses da Petrobrás, e que é contra as privatizações, já que nada fez contra as privatizações realizadas durante o governo Bolsonaro, e nem mesmo nas privatizações que foram anunciadas no final daquele mandato, mas concluídas durante a gestão petista, como o caso da privatização do Metrô de Belo Horizonte e a privatização do Aeroporto de Natal (RN). ●

Contra a privatização da Lubnor! Lutar contra as privatizações com os métodos da ação direta! Defender o estatismo sob controle operário!

Programa de subsídios à produção de automotores zero, ou como salvar os capitalistas desgraçando as massas



A medida para salvar os lucros dos capitalistas da indústria sequer teve qualquer exigência para que se mantivessem os empregos na indústria. Na mesma semana em que começou a exoneração de impostos, o lay-off de 1,2 mil operários da GM foi anunciado pela empresa.

Foi divulgada a lista das montadoras que aderiram ao programa do governo de exoneração de impostos para veículos automotores zero. São nove montadoras de carros e outras tantas de ônibus, e dez de caminhões. No total, são R\$ 1,5 bilhão previstos.

Segundo o governo, objetiva-se dessa forma baratear os automóveis, para impulsionar as compras pela população, trabalhadores autônomos e empresas. A “economia” prevista na compra vai de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil, dependendo do modelo. Exonerações impositivas adicionais serão aprovadas para novos modelos, quando observados “três critérios”: menor preço, maior “eficiência energética” (menor poluição ambiental), e maior porcentagem de peças e partes fabricadas no país.

Participam do programa, as principais multinacionais de produção de “carros de passeio”: Renault, Toyota, Volks, Hyundai, Nissan, Honda, GM, Fiat e Peugeot, com 233 versões de 31 modelos diferentes. Depois de lançado o programa, todas as montadoras pediram o máximo valor de exoneração de impostos admitidos para a primeira fase: R\$ 10 milhões cada. Depois, foram pedidos novos “créditos”, mais R\$ 10 milhões. A soma de “pedidos” de isenção impositiva para fins de junho atingiu 60% (R\$ 300 milhões) do teto de R\$ 500 milhões que poderão ser “usados” no abatimento de tributos pelo setor.

Quanto às montadoras de caminhões, aderiram: Volkswagen Truck, Mercedes-Benz, Scania, Fiat Chrysler, Peugeot Citroen, Volvo, Ford, Iveco, Mercedes-Benz Cars & Vans e Daf Caminhões. Segundo o governo, o programa visa a ajudar a “renovação” das frotas. Os “benefícios fiscais” solicitados já na primeira semana foram de R\$ 100 milhões: 14% do teto de R\$ 700 milhões do setor. Ao encerrar junho, atingiram-se 60%: R\$ 420 milhões. No caso

de ônibus, aderiram: Mercedes-Benz, Mercedes-Benz Cars & Vans, Scania, Fiat Chrysler, Comil, Ciferal, Marcopolo, Volare e Iveco, solicitando, na primeira semana, “descontos” por R\$ 90 milhões: 30% do teto estipulado para o setor (R\$ 300 milhões). No fim do mês, o valor de exonerações impositivas alcançava 60%: R\$ 180 milhões.

Os impostos não pagos pelos grandes burgueses condicionam-se às metas previstas pelo Arcabouço Fiscal. Como o governo Lula/Alckmin deve garantir o parasitismo financeiro e, ao mesmo tempo, defender a fração industrial e comercial atingida pela alta de juros, terá de desgraçar os assalariados para suprir os rombos aos cofres públicos pelos impostos não recebidos ou pelos subsídios oferecidos. Ou seja, irá “compensá-los” com cortes em serviços sociais e redução de salários do funcionalismo público. A medida montada para salvar os lucros dos capitalistas da indústria automotora sequer teve qualquer exigência para que se mantivessem os empregos na indústria. Na mesma semana em que começou a exoneração de impostos, o lay-off de 1,2 mil operários da GM foi anunciado pela diretoria da empresa. Como o quadro geral da indústria automotiva, nacional e mundial, é de estagnação e queda dos investimentos, as multinacionais vão solicitar novos subsídios, quando os R\$ 150 bilhões forem atingidos. É necessário assinalar, todavia, que o rebaixamento dos preços dos automóveis zero será usufruído também pelos capitalistas dos transportes e do comércio, uma vez que verão reduzidos seus custos de produção. Mas, também por uma parcela da pequena burguesia, que poderá renovar seus carros, assim como por transportistas autônomos e motoristas de aplicativos. Enquanto isso, a esmagadora maioria das massas exploradas, que ganham de um a dois salários mínimos, continuará impossibilitada de comprar carros. Ao mesmo tempo que terá de ver os preços dos transportes subirem acima do reajuste miserável dos salários. Definitivamente: se põe a cargo do Estado a manutenção dos lucros monopolistas e as condições de vida de uma parcela da classe média, à custa de seguir rebaixando as condições de vida das massas.

A política impositiva do governo de frente ampla da burguesia, favorável às montadoras, resulta de uma intervenção do Estado visando a equacionar a lei tendencial à queda da taxa dos lucros monopolistas, nas condições de estagnação e estreitamento do mercado. De maneira que, longe de impulsionar um ciclo de industrialização ou “modernização” do processo de produção, apenas irá frear momentaneamente as tendências recessivas da crise capitalista. O governo Lula/Alckmin, como qualquer outro governo burguês de plantão, deve administrar o Estado e arbitrar entre os distintos interesses das frações capitalistas, ao custo de afundar as massas exploradas e oprimidas na mais profunda miséria. Quando as direções sindicais burocratizadas apoiam abertamente essa políti-

ca impositiva do governo, como se se tratasse da “reativação” da indústria, agem como agentes da burguesia, que procuram impor às massas mais sacrifícios para proteger o patronato. E quando realizam atos de cúpula e aparelhistas contra o aumento da taxa de juros, afirmando que se trata de defender a produção industrial e o Arcabouço Fiscal, dando previsibilidade orçamentária ao governo “democrático e popular”, mostram abertamente sua face de vendilhões a serviço dos capitalistas, e traidores de sua classe, por se negarem a defender os empregos e as condições de vida dos assalariados.

À classe operária interessa defender seus empregos e o poder aquisitivo de seus salários, para garantir o sustento de suas famílias e sua força de trabalho. Não diz respeito a ela como os capitalistas manterão seus lucros ou como se distribuirá a mais-valia que lhe é arrancada entre os distintos abutres capitalistas. Se um capitalista é ameaçado de perdas nos lucros, e é incapaz de manter seus escravos assalariados, o que interessa ao proletariado é que se estatizem imediatamente – e sem indenização

– as fábricas, e que sejam colocadas sob controle operário coletivo. A defesa das reivindicações vitais dos operários e a luta pela estatização dos grandes meios de produção fazem parte do programa de conquista do poder político e constituição do Estado operário. Eis como, finalmente, os grandes meios de produção e o trabalho excedente realizado no seio da produção social serão colocados a serviço do desenvolvimento harmônico e integral do país, e garantir todas as necessidades das massas.

Imediatamente, trata-se de travar uma ferrenha batalha pela real independência de classe dos sindicatos e centrais. Sob um plano comum de reivindicações, e com os métodos da ação direta, é possível começar a romper com o governo burguês de frente ampla, colocando os sindicatos a serviço da luta de classes. Para isso, a vanguarda com consciência de classe e o destacamento mais consciente do proletariado devem derrubar a burocracia venal e traidora, objetivando retomar seu controle sobre as organizações de massa para avançarem à estratégia da revolução e ditadura proletárias. ●

GM / SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

GM ANUNCIA LAY-OFF PARA 1,2 MIL OPERÁRIOS

É necessário responder a esse novo ataque da patronal com a greve, manifestações e a ocupação de fábrica!

Em 14 de junho, a GM apresentou ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (CSP-Conlutas) a suspensão de contrato de 1,2 mil operários, de um total de 3.958 operários: 30% do da força de trabalho. A justificativa dos capitalistas é a mesma de sempre: com a queda das vendas, a multinacional “não teve” alternativa a não ser suspender a produção no segundo turno por até dez meses (começando em dia 3 de julho) para evitar acumulação de stocks.

Durante o lay-off, o operário fica em casa, e realiza cursos de “requalificação”, enquanto seus salários são reduzidos. Parte do salário (reduzido em até um 1/3) é pago com recursos do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT), e outra pela empresa. O FAT é um fundo do Ministério do Trabalho para custeio de programas de formação e “realocação produtiva” dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo que a empresa estava deixando de pagar milhões de reais, graças ao programa de

exoneração de impostos do governo federal, anunciava a suspensão de milhares de operários. Assim, a empresa ganha duas vezes: de um lado, mantém os lucros planejados ao reduzir o pagamento de impostos, e garantir a venda de carros encalhados nos pátios e de outro, é subsidiada pelo Estado, que paga parte da manutenção do preço da força de trabalho da qual o patronato extrai a mais-valia.

Como “medida alternativa”, o sindicato propôs à diretoria a “redução de jornada, sem redução salarial”. Segundo seu vice-presidente, Valmir Mariano, “A General Motors lucrou muito no último período, e não tem por que suspender o contrato dos trabalhadores, que acabam sendo prejudicados”. Disse, ainda, que se “intensificará a campanha em defesa dos empregos na GM”.

O operário isolado é obrigado a reduzir suas despesas, e a se submeter à ditadura da empresa, que decidirá quando voltará a trabalhar (se antes não for demitido, por conta da continuidade da “crise da empresa”). E acabará, finalmente, assumindo como natural que ele pague pela crise que ele não provo-

(...) a empresa ganha duas vezes: de um lado, mantém os lucros planejados ao reduzir o pagamento de impostos, e garantir a venda de carros encalhados nos pátios e de outro, é subsidiada pelo Estado, que paga parte da manutenção do preço da força de trabalho da qual o patronato extrai a mais-valia.

cou, sem sequer lutar antes pelas suas reivindicações vitais.

O sindicato de SJC não deveria aceitar nenhuma imposição, sem antes organizar uma greve e uma luta radicalizada. No curso da luta e apoiados em sua força coletiva, os operários avaliariam por si mesmos o que podem ou não arrancar ao patronato. A tarefa de uma direção que diz defender a sua classe é organizar imediatamente a greve, as manifestações de rua e a ocupação da fábrica. É inserido na produção e lutando lado a lado com seus companheiros, que o operário se funde com uma força social coletiva, capaz de resistir aos ataques e defender os empregos e salários.

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria
@proton.me
correnteestudantilmarxistagloria
@proton.me



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

**CORRENTE
SINDICAL
MARXISTA**

**Guillermo
Lora**

ppri4.org



AO 14º CONGRESSO DA CUT:

Nenhum apoio ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin

Combater o Arcabouço fiscal nas ruas! Unificar a classe operária que sofre com o desemprego com o conjunto dos explorados que sofrem com os baixos salários, a piora nas condições de vida, com a fome e a miséria!

Nem bem completou 6 meses de mandato, e o novo governo do PT e de sua frente ampla já demonstrou a quem serve: ao capital financeiro, nacional e internacional. A apresentação do “arcabouço fiscal”, um substituto da “Lei do Teto”, de Temer, revela que este governo, como todos os anteriores que o antecederam desde a “redemocratização”, está a serviço do grande capital. Não só preserva o pagamento de juros para a Dívida Pública, que consumiu, no mínimo, R\$ 780 bilhões em 2022, como prevê o aumento deste pagamento, por meio do resgate do chamado “superávit primário”, que deixou de existir, em função da crise econômica e pandêmica, nos últimos anos. Só para se ter uma ideia, o orçamento da Saúde, um dos maiores orçamentos dos serviços sociais, recebeu cerca de R\$ 136 bilhões em 2022, cinco vezes menos do que o gasto com os juros da Dívida. Esta é a essência do governo burguês: sustentar a propriedade privada dos meios de produção, e atuar para sustentar o parasitismo financeiro, em detrimento dos trabalhadores assalariados e da população explorada. Sem combater esse ponto central de sua política econômica, estaremos sempre disputando as migalhas que caem para investimento, infraestrutura, assistência social, Previdência, etc.

As direções sindicais e a direção da CUT (petista) têm feito propaganda de que o problema do Projeto, que já passou pela Câmara e pelo Senado, e retornará à Câmara, é que foi “alterado” pelo Congresso. Assim, os petistas defendem que o projeto seja mantido como “originalmente” foi enviado. É uma capitulação! Uma traição sem limites! Quando Temer apresentou a sua proposta de austeridade fiscal, a PEC do Teto, foi chamada de “PEC do Fim do Mundo” pelas esquerdas e pelas direções. O projeto de Haddad/Lula, que é o pior que a PEC do Teto, porque impede crescimento de despesas além de um limite de 2,5% do PIB (mesmo em momentos de maior crescimento econômico) e que, segundo economistas, teria “economizado” mais de R\$ 240 bilhões nos últimos quatro anos, se estivesse já implementado, é defendido pela burocracia sindical! Defender o Arcabouço, com ou sem “remendos”, é defender o sucateamento dos serviços públicos, como Saúde, Educação, Infraestrutura, Previdência, etc., para beneficiar o capital financeiro, uma política pró-imperialista, festejada

por todo o sistema financeiro nacional e internacional.

Este 14º Congresso da CUT deve rejeitar o Arcabouço Fiscal na sua totalidade.

Os trabalhadores não defendemos nenhum tipo de política de “austeridade fiscal”, exigida pelos organismos internacionais, e realizados em oposição à necessidade de vida das massas exploradas, tanto no Brasil quanto no mundo. Defendemos o não pagamento da Dívida Pública!

É preciso combater, nas ruas, por meio de paralisações, de atos massivos, de greve da classe operária e dos assalariados em geral, a partir de suas reivindicações, a aprovação e a execução do Arcabouço Fiscal, o PLP 93/2023!

O orçamento dos governos deve ser direcionado apenas para Previdência, Saúde, Educação, Ciência, Assistência Social, em suma, para garantir direitos e serviços públicos, estatais e universais!

Abaixo o Arcabouço Fiscal! Oposição revolucionária a este governo burguês e pró-imperialista!

GM, Volks, Mercedes: as multinacionais continuam a demitir a classe operária. Levantar uma luta nacional em defesa dos empregos e dos salários!

Somente no mês de junho, três grandes montadoras anunciaram a suspensão de contratos, a suspensão de produção de veículos, e o fechamento de fábricas. Todas medidas que têm como objetivo demitir milhares de operários e dezenas de milhares de trabalhadores de empresas terceirizadas que vendem para as multinacionais.

A Volkswagen anunciou a suspensão da produção, pouco depois a Mercedes Benz informou sobre o fecha-

mento da fábrica de Campinas. Antes delas, a General Motors apresentou o plano de suspensão de contratos (lay-off) de 1.200 operários da planta de São José dos Campos. A ação coordenada das três multinacionais não é arbitrária. Visa a justificar a demissão em massa, mostrando a unidade da burguesia em seu discurso de que o “mercado está estagnado”. Há dois anos, vimos o fechamento total das fábricas da Ford, deixando de produzir no Brasil.

Há unidade dos capitalistas em sua defesa diante da crise de seu sistema: diminuem direitos e rebaixam os salários, fecham fábricas e mantêm unidades apenas onde a média salarial da classe operária é menor, continuam a exigir dos governos redução e isenção de impostos, etc. Mas, se os capitalistas comparecem unidos como classe, com o apoio dos governos burgueses, a classe operária não conta com uma unidade nacional baseada em seus interesses comuns, porque as grandes Centrais (CUT, Força, UGT, etc.) negociam a demissão dos operários em cada fábrica, com acordos fragmentados, que mantêm a demissão.

Uma tarefa central para toda a classe operária é combater a política destas direções traidoras e defender a bandeira de que “emprego não se negocia, defende-se com luta”!

É necessário defender o emprego de toda a classe operária, por meio da ocupação de fábrica com controle operário, quando fechadas pelas empresas; por meio da redução das jornadas de trabalho, para ampliar a massa de trabalhadores assalariados; e, por meio da escala móvel das horas de trabalho, que divide todas as horas de trabalho do país entre todos os aptos, lutando, assim, por emprego a todos!

Lutar por salários dignos a todos os trabalhadores!

O período da Pandemia permitiu que os capitalistas e os governos de plantão reduzissem o valor da força de trabalho. Com a justificativa de que o mercado se estrangulou e, com a colaboração das direções sindicais, que não organizaram as lutas no período, chegamos ao resultado que temos hoje: no primeiro trimestre de 2023, a renda média foi de apenas R\$ 2.900,00, menor a que se encontrava em dezembro de 2019, de R\$ 2.910,00, segundo dados da PNAD contínua.

O rendimento médio traz, no entanto, distorções, em função das grandes desigualdades do país, entre regiões e entre atividades econômicas. Sabemos que 90% da população vive com até 3 mil reais, portanto, os R\$ 2.900,00 correspondem, para a maioria absoluta, a próximo do máximo com que vivem.

As Centrais sindicais, com a direção da CUT à frente, criaram uma farsa de “mesa de negociação”, em torno do salário-mínimo, o que não resultou em nenhuma

conquista em 2023, e que, como já anunciado pelo governo, não resultará em nenhuma “valorização” do mínimo, em 2024.

Temos de erguer uma luta nacional em torno da defesa de um Salário Mínimo Vital, que permita que o trabalhador e sua família vivam dignamente (segundo o IBGE, este salário deveria partir de R\$ 6.650,00). A luta pelo Salário Mínimo Vital é a luta contra a precarização das relações trabalhistas, contra a fome, contra a miséria, que assolam a maioria nacional. Só uma luta nacional, e baseada nos métodos da ação direta, pode garantir a valorização do salário e a defesa da força viva de trabalho, contra a exploração capitalista.

Defender a democracia operária nos sindicatos e na CUT

O 14º Congresso confirma a mesma estrutura burocrática que se perpetuou na CUT ao longo dos últimos 30 anos: os delegados não são retirados diretamente das fábricas, com maioria operária; não há inscrição livre de teses e posições políticas; as plenárias são recheadas de parlamentares e “palestrantes”, que impedem o livre debate de posições; as votações são filtradas nos “grupos de trabalho”; e a nova direção da Central é eleita neste Congresso viciado por práticas antidemocráticas e por uma política governista hegemônica.

Não temos ilusão de que, no interior dessa própria estrutura, haverá uma modificação na relação de forças entre as correntes dirigentes da Central. O PT parasita a CUT, utilizando-a como correia de transmissão da política burguesa e pró-patronal. Combater essa direção, no entanto, não é combater a necessidade de uma Única Central operária, que reúna o conjunto dos trabalhadores do país, e seja uma força social contra a exploração do trabalho e em defesa da vida das massas.

É por esta bandeira estratégica que nos colocamos em cada congresso e atividade sindical: a necessidade de erguer as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores, por emprego, por salário e por direitos, com a utilização dos métodos da ação direta (paralisação, ocupação, mobilização nas ruas, e greves), com total independência de classe, de modo que a luta por um programa geral e apoiado na mobilização nacional possa varrer com as burocracias sindicais e erguer uma Única Central, que coloque em prática a democracia operária e lute pela estratégia de destruição do sistema de exploração, o sistema capitalista, erguendo a consigna de governo operário e camponês, saído da revolução social.

Estudo demonstra uma queda nos índices de sindicalização

Recuperar os sindicatos para a luta de classes, expulsando os burocratas e pondo abaixo a conciliação de classes

A OCDE apresentou um estudo sobre a tendência de queda na “densidade sindical” (sindicalização) nos últimos 40 anos, afetando 36 países. Segundo o estudo, a sindicalização caiu, de 33% (1975), para 16% (2018). Quanto à “proteção sindical” (assalariados incluídos em acordos coletivos) passou, de 45% (1985), para 32% (2017). Porém, essa tendência não é uniforme. Há países em que houve crescimento na sindicalização e dos assalariados “protegidos” por convênios coletivos.

Quanto aos fatores que explicam a queda, destacam-se: o avanço à desindustrialização e redução do setor manufatureiro, crescimento dos setores de serviços e financeirização, incorporação de novas tecnologias da informação e gestão, mudanças demográficas da força de trabalho (imigração), aumento do desemprego e da terceirização nos serviços públicos e privados, etc. Outro aspecto ressaltado é que a sindicalização é superior a 50% entre os assalariados de 40 ou mais anos, enquanto os jovens representam apenas 7% do total da força sindicalizada, e são mais “resistentes” a se sindicalizarem.

Essa tendência e fatores são facilmente explicáveis, se se recorre aos fundamentos da economia capitalista e às suas leis de funcionamento. A lei tendencial à queda da taxa dos lucros alavanca os investimentos especulativos à custa dos investimentos produtivos. A desindustrialização e a “redução do setor manufatureiro”, enquanto crescem a “financeirização e os serviços”, é expressão dessa tendência mais geral. Os investimentos em tecnologia na produção social ampliam as bases materiais sobre as quais se projeta a lei tendencial à queda da taxa dos lucros, o que impulsiona sua “compensação” com lucros parasitários sobre os Estados, que realizam as contrarreformas que destroem direitos do funcionalismo público e demais assalariados, e projetam a precarização e a terceirização. No contexto de estagnação e recessão mundiais, as altas conjunturais dos indicadores econômicos do país se verificaram apenas pelo crescimento das exportações agrícolas, e redução dos preços dos combustíveis, enquanto os indicadores industriais continuam negativos. Daí que a maior “*incorporação de novas tecnologias da informação e gestão*” se verifica, fundamentalmente, nos serviços e no setor bancário. Finalmente, é a desindustrialização e o desemprego resultantes, com suas consequências na destruição das condições de vida, que impulsionam a permanente migração da força de trabalho, tanto dentro de um país (como acontece hoje no Brasil), quanto entre um país e outro (a exemplo dos imigrantes que vão aos EUA e Europa) para tentar fugir da miséria e tentar a sorte em países onde não há guerras, genocídios e massacres, que contam com serviços sociais e salários relativamente mais elevados, etc.

Todos esses fatores, é claro que acabam atingindo os índices de sindicalização e proteção trabalhista dos assalariados. Mas, há também outras bases e uma dinâmica própria de desenvolvimento, marcada, tanto pela história da luta de classes, como pelo profundo retrocesso político do proletariado, produto da crise de direção revolucionária. A elevada taxa de sindicalização entre assalariados de 40 ou mais anos no Brasil, e no mundo também, reflete a experiência histórica de lutas e conquistas de décadas anteriores. Por exemplo: a importância dos operários das indústrias de base, ligados aos setores estratégicos da produção no Brasil, desde a década de 1990, é uma expressão desse percurso.

Com a crise de 2008 e seu aprofundamento nos anos se-

guintes, a classe operária foi atingida pela desindustrialização e o crescimento dos serviços e exportações de commodities agrícolas e minerais, onde os empregos são, em sua esmagadora maioria, precarizados e com salários miseráveis, e onde existe uma violenta perseguição patronal para evitar a sindicalização. Isso explica, em parte, porque a sindicalização é historicamente mais abrangente na “indústria da transformação”, especialmente porque, ao longo da história, revelou-se como espinha dorsal da luta de classes contra a burguesia. Modificou-se ainda o ciclo de alta econômica mundial, que permitia aos capitalistas concederem limitados ganhos. O “sindicalismo de resultados”, com a deflagração da crise em 2008, não teve como continuar a ludibriar as massas, e as direções burocratizadas passaram a impor às bases os ataques dos capitalistas. A juventude que se inseria na produção, no comércio e nos serviços, durante esse período, via-se, não apenas desprovida das anteriores conquistas, como também passava a sofrer a completa transformação dos sindicatos em agências da política burguesa, e em instrumentos de uma casta parasitária e corrupta. O que se combinava, por sua vez, à tendência mais geral do nacional-reformismo petista de abandonar toda demagogia nacionalista, e assumir e aplicar na íntegra o programa monopolista e imperialista para a crise.

Referências a esse estudo foram feitas por algumas centrais sindicais. A queda à sindicalização assombra os burocratas. Isto porque enfraquece a base econômica (contribuições), da qual parasitam como casta; porque afeta seus negócios particulares, com os chamados “serviços aos filiados”, como turismo, obras sociais, planos de saúde, serviços jurídicos, etc.; e porque coloca por fora de seu controle um amplo setor dos assalariados. Isso explica, ainda, porque o objetivo de reverter a queda da “densidade sindical” ou achar uma fórmula para reorganizar a estrutura existente está entre os objetivos do projeto de Reforma Sindical e da ofensiva para controlar a sindicalização dos trabalhadores por aplicativos.

Essas condições, em seu conjunto, explicam o porquê da queda nos índices de sindicalização. A permanência de altos índices de sindicalização nas gerações mais “velhas” se deve ao fato de que sabem, pela experiência, da importância de suas organizações para impor conquistas e direitos, ainda que não tenham expulsado suas direções venais e traidoras que destroem dia após dia esse legado. Ora, tanto essa situação particular como a resistência da juventude em se sindicalizar refletem a ausência de frações revolucionárias, capazes de reconquistar os sindicatos para a luta de classes e para a democracia operária. O que continua a afastar os “jovens” e a manter a “velha guarda” refém dos traidores.

O que temos visto até agora são diferentes manifestações das violentas contradições capitalistas sobre a economia e a vida das massas. Mas, também das traições das direções estalinistas dos estados operários degenerados e das direções burocratizadas dos sindicatos. Partindo dessa compreensão, os marxistas-leninistas-trotskistas e a vanguarda operária mais consciente devem batalhar para que a juventude operária e assalariada reconheça nos sindicatos uma ferramenta insubstituível para organizar uma frente única em defesa de suas condições de existência. E que somente se organizando neles, sob o programa de expulsão dos pelegos e traidores e retomando a independência de classe e democracia operária, isto é, forjando as frações revolucionárias, será possível derrotar e expropriar os capitalistas. ●

'PLENÁRIA NACIONAL SINDICAL E POPULAR'

Aprovar um plano de reivindicações (que se chocam com o governo) é a via para impulsionar uma luta nacional e unitária contra o Arcabouço Fiscal e o Marco Temporal

Aconteceu o segundo encontro da “Plenária Nacional Sindical e Popular”, em 27 de junho, na sede do Sinsprev-SP. Realizada em formato “híbrido” (virtual e presencial), reuniu mais de 170 militantes da vanguarda de sindicatos (CSP-Conlutas, Sinsprev-SP, Sindsef-SP, Sintrajud-SP, Fenasp, Unidos Pra Lutar e o Sindicato dos Metroviários-SP), partidos (PSTU, PCB, POR, MRT, Revolução Socialista) e correntes políticas (FNL, Unidade Classista, CST, Socialismo ou Barbárie).

Entre os presentes, estavam correntes que apoiaram a eleição do governo, e trataram a questão do Arcabouço Fiscal como um aspecto a ser combatido. Ao contrário do que afirmaram, o Arcabouço Fiscal é o centro da política econômica de Lula/Alckmin. Não se pode combater essa medida sem entrar em choque com o governo como um todo. Colocar o combate ao Arcabouço Fiscal à margem do combate ao governo é fazer encenação, retórica esquerdista. Também não tem sentido colocar o combate ao Arcabouço Fiscal à margem do que se faz nas bases sindicais dirigidas pelas correntes que compõem essa frente – isso significaria colocar essa luta no marco da pressão parlamentar.

Foi aprovado, na reunião: **1)** um novo “Dia de Lutas” para 5 de julho, dando continuidade à manifestação de 13 de junho; **2)** uma moção de apoio à luta do povo de Jujuy (Argentina), em luta contra a Reforma Estadual que cria um “Marco Temporal”, ajustado às condições da região visando à exploração do Lítio pelas multinacionais; e **3)** uma moção de apoio à greve da Educação em RJ. Os documentos foram redigidos antes da Plenária, em comum acordo entre as organizações que a dirigem (PCB, PSTU e PSOL), sem serem submetidos à exposição de propostas de adendos ou divergências que expensassem a elaboração coletiva.

As intervenções da esmagadora maioria de sindicatos e correntes foram restringidas às denúncias contra o Arca-

bouço Fiscal e o Marco Temporal, e à rejeição das políticas do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. Com exceção de algumas correntes e partidos (dentre eles, o PPRI) não houve qualquer proposta de um plano de reivindicações comuns para levar a luta ao interior dos sindicatos governistas e os locais de trabalho e estudo, objetivando mobilizar aos explorados em choque contra as burocracias conciliadoras, o governo burguês e suas medidas pró-imperialistas e antioperárias.

As manifestações e as reuniões reúnem apenas a vanguarda e organizações de esquerda. Não expressa ainda uma tendência de luta contra as medidas governistas no interior dos sindicatos governistas. Ainda que as massas ainda tenham ilusões no governo, as greves da Educação e as manifestações operárias contra o privatismo e ataques demonstram também que são obrigadas a chocar com o governo e o patronato. Para romper o isolamento, não bastam os atos de vanguarda e as declarações genéricas: é necessário um programa para mobilizar os explorados ao redor desse objetivo.

Em luta contra o governo pelas suas reivindicações, a classe operária e os demais oprimidos se unirão em uma só força, e poderão impor a derrota do Arcabouço Fiscal e Marco Temporal. Para avançar nesse caminho, a próxima reunião deveria aprovar e elaborar coletivamente um plano comum de reivindicações e um boletim para ser amplamente divulgado nas fábricas, a exemplo da Mercedes (cujos operários enfrentam ataques da patronal), ou nos sindicatos em que as correntes e partidos presentes travam uma luta contra sua direção governista e traidora, a exemplo da Apeoesp. O combate contra o governo e a burocracia subordinada a esse deve iniciar-se com o chamamento das assembleias de base para debater e aprovar esse plano comum, e permitir a livre exposição das posições e divergências. ●

Campanha salarial do funcionalismo de São Sebastião/SP

A campanha salarial de 2023 foi iniciada com 3 assembleias (Costa Norte, Sul e Centro), aprovando uma pauta de reivindicações: reajuste salarial de 38%, reajuste de 27,5% no vale-refeição e alimentação, piso dos ACEs e ACSs, aumento do percentual dos adicionais de risco, criação do plano de cargos e salários, implantação do estatuto do magistério, etc.

A segunda jornada de assembleias deliberou e aprovou um dia de paralisação com ato (09 de maio). Para surpresa dos servidores que estiveram nas assembleias, a direção sindical rebaixou os 38% para 12,14%, e confundiu a categoria, ao não divulgar a paralisação inicialmente, ao não garantir que a paralisação seria para toda a categoria (e não apenas para os associados), e ao informar que os servidores poderiam trabalhar normalmente até o horário do ato. Coube aos militantes e simpatizantes da Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora o trabalho de base, bastante diferente da passagem da direção, que apenas deixa o jornal *Alerta Servidor!* nas repartições públicas.

A assembleia após o ato do dia 09 garantiu mais um dia de paralisação (23 de maio), e a direção sindical repetiu a postura frouxa e que sobrepôs suas decisões à decisão coletiva das assembleias.

Uma conquista organizativa dos últimos anos é a realização de assembleias após os atos, que foi manobrada pela presidente interina no dia 23/5, com uma “votação simbólica pela continuidade da campanha salarial”. Ocorre que a “votação simbólica”, mesmo unânime, não garantiu a real continuidade, ao contrário, passado mais de um mês, os servidores não se reorganizaram, e não existe mais mobilização ou chamado do sindicato.

A derrota da categoria foi dura: 0% de reajuste salarial e nenhuma outra reivindicação atendida. Parte dessa derrota se deu pelos recuos e imposições da atual direção, e outra parte se deu pela política de conciliação de classe e aposta no legislativo. 5 ofícios foram simplesmente ignorados pelo prefeito, enquanto a categoria era arrastada à Câmara Municipal, para escutar a presidente fazer uso da tribuna, pedindo apoio dos vereadores.

A experiência desta campanha salarial demonstrou o caminho para as futuras mobilizações: 1) trabalho de base e elaboração contínua de material sindical, 2) nenhuma confiança no legislativo, 3) democracia sindical e autonomia da assembleia da categoria 4) nenhuma confiança no patrão! É necessário ocupar as ruas, em paralisação e greve, para tentar arrancar as reivindicações aprovadas em assembleia! ●

Junho de 2013: dez anos de um salto na luta de classes no Brasil



Desde a grande imprensa burguesa, até partidos e correntes de esquerda, se manifestaram sobre as jornadas de junho de 2013, com avaliações muitas vezes descoladas dos fatos. Uma parte caracterizou o movimento como uma antessala das manifestações da ultradireita, a partir de 2016. Outra parte se posicionou apontando aspectos progressivos e reacionários do movimento, sem sequer uma conclusão sobre que fator foi dominante.

Que a imprensa burguesa queira associar as manifestações de 2013 aos protestos contra Dilma em 2016, isso é parte de seu “trabalho”: desqualificar toda e qualquer manifestação reivindicatória de massas, desassociá-la de movimentos anteriores ou posteriores de mesma natureza, atribuir-lhe mudanças governamentais que resultaram em golpe ou eleição de um extremista. Os explorados que adquirem alguma consciência já sabem que, da grande imprensa, não vem nada que lhes favorece, ou aos seus movimentos reivindicatórios.

Um problema maior é quando os ataques às manifestações vêm dos

partidos e correntes que dirigem as organizações de massas, supostamente quem deveria estar à frente das mobilizações reivindicatórias.

Os petistas José Eduardo Cardozo e Jilmar Tatto expressaram bem a posição burguesa diante das jornadas de junho de 2013, em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo”, em 01/06/2023. Afirmam Cardozo: “As manifestações representaram um divisor de águas histórico, porque tudo aquilo motivou o processo político que culminou com a queda de Dilma”. E Tatto: “Foi o ovo da serpente, mas, infelizmente, uma parte do PT, do PSOL e do PSTU não viu o que ocorria e foi engolida pela extrema-direita radical”.

É bem típico de um pensamento metafísico, idealista, apontar uma ligação entre dois fatos sem estabelecer qual a relação concreta entre eles. Mas a formulação desse silogismo incorre em erro crasso de lógica formal: houve manifestações de massas contra Dilma em 2013; houve manifestações de massas contra Dilma em 2016; logo, a partir desse pensamento ao nível do rodapé, conclui-se que ambas

Organizações direitistas se potenciaram nas redes sociais, apoiando-se nessa campanha reacionária. Desde 2007, a partir de uma conferência de juizes latino-americana, organizada pelo Departamento de Estado estadunidense, processos sobre corrupção são montados e usados para pressionar ou derrubar governos no continente.

são essencialmente a mesma coisa, as segundas derivaram diretamente das primeiras.

As manifestações contra Dilma em 2016 foram orquestradas por setores da burguesia que pretendiam sua derrubada pelo impeachment. Alguns de seus organizadores e financiadores foram divulgados: Fiesp, JBS. Aproveitaram-se das denúncias de corrupção contra o PT, desenvolvidas desde a Operação Lava Jato, por Sergio Moro e seu comparsa Deltan Dallagnol, para levarem às ruas um setor de classe

média (muitos dos quais jamais participaram de qualquer movimento, incluindo junho de 2013). Organizações direitistas se potenciaram nas redes sociais, apoiando-se nessa campanha reacionária. Desde 2007, a partir de uma conferência de juízes latino-americana, organizada pelo Departamento de Estado estadunidense, processos sobre corrupção são montados e usados para pressionar ou derrubar governos no continente. E não é que Dilma ou o PT não estivessem dispostos a aplicar as medidas ditadas pelo capital financeiro internacional para despejar a crise sobre as massas. Dilma até tentou fazê-lo, ao entregar a economia nas mãos de um indicado pelo Banco Bradesco (Joaquim Levy), ao fazer cortes por meio das medidas 666 e 667, e outras. Mas, se mostrou incapaz de levar adiante as reformas trabalhista e da Previdência, na profundidade pretendida pelos parasitas da dívida pública. As manifestações direitistas serviram como cenário para o golpe institucional. Setores fascistas se potenciaram com elas, e a burguesia nacional, caminhando cada vez mais para a direita, foi impondo as medidas de destruição de direitos. Tudo isso sob os auspícios do governo Trump, nos EUA.

As manifestações de 2013 tinham precedentes. A crise de 2008/2009 afetou as regiões do mundo com ritmos e formas diferentes, de 2010 a 2013. Nos países do norte da África e Oriente Médio, imediatamente as massas foram duramente atingidas por suas consequências. Países como Egito, Líbia, Síria, Iêmen, Barein e Marrocos foram lugar de manifestações massivas, movimentos que se elevaram a pré-revolucionários (Egito). Também houve grandes protestos na Turquia, em 2013. Então, a irrupção da crise mundial capitalista, que obrigou os governos burgueses a agirem centralizadamente com medidas de ataques às condições de vida das massas, teve como resposta ações centralizadas das massas contra esses governos. Abriu-se uma nova etapa da luta de classes mundial, que se refletiu no Brasil.

As condições de vida das massas no Brasil decaíram, quando a crise mundial se manifestou de forma mais intensa. A queda nas exportações mun-



A crise de 2008/2009 afetou as regiões do mundo com ritmos e formas diferentes, de 2010 a 2013. Nos países do norte da África e Oriente Médio, imediatamente as massas foram duramente atingidas por suas consequências. Países como Egito, Líbia, Síria, Iêmen, Barein e Marrocos foram lugar de manifestações massivas, movimentos que se elevaram a pré-revolucionários (Egito).

diais, ocorrida em todos os grandes exportadores de matérias-primas para a China, principalmente, derrubou a economia de mais de 70 países, a partir de 2013. No Brasil, isso se expressou por meio de alta do custo de vida, desemprego, queda do crescimento econômico. O governo petista de Dilma Rousseff passou, de uma ampla aprovação, para o desgaste e reprovação popular. Esse desgaste não foi causado pelas manifestações de 2013, antes as estimulou.

Em 2013, o anúncio, pelos governos e prefeituras, do reajuste das tarifas de ônibus levou a que se organizassem manifestações. Em São Paulo, o MPL convocou um comitê que organizou a luta. Logo nas primeiras manifestações, o número de presentes já superava os protestos de anos anteriores, organizados também por essa frente. De 5 mil, no início, passaram a mais de 10 mil. O prefeito petista Haddad e o governador pessedebista Alckmin não mostravam nenhuma disposição de atender ao não aumento, ou sequer negociar.

No dia 13 de junho, a manifestação subia a Rua da Consolação, quando foi duramente reprimida pela Polícia

Militar. Repórteres também sofreram com as bombas, balas de borracha e agressões. Muitos foram presos. A forte repressão comoveu toda uma parcela da população, que logo após passou a ocupar as ruas, em centenas de milhares. Ao invés de conter o movimento, a repressão levou a multiplicá-lo. E o projetou nacionalmente. No Rio de Janeiro, as massas desceram os morros e ocuparam as grandes avenidas, impondo barreiras de fogo contra a repressão policial do prefeito Eduardo Paes (PFL) e do governador Sérgio Cabral (MDB). O Estado policial tentou derrotar a mobilização por meio da repressão mais dura. No entanto, obteve o efeito contrário: a partir de então, as manifestações passaram a ser de centenas de milhares. A juventude de classe média e uma parcela de jovens de bairros pobres se impuseram nas ruas, resistiram à ofensiva policial e à campanha reacionária da burguesia contra o vandalismo. Os governos foram obrigados a ceder. As tarifas não sofreram aumento.

No entanto, o recuo dos governos foi negociado com a direção do MPL. Essa direção se comprometeu com o



Se as massas foram às ruas movidas pelas contradições objetivas impostas pela crise capitalista, não encontraram uma direção à altura. O MPL foi colocado à frente de um movimento que jamais pretendeu organizar. Sua estratégia é a da conquista de melhorias no transporte (passe livre) por meio da pressão parlamentar. A burguesia se aproveitou de sua inconsistência política para impor a negociação em seus próprios termos.

governo Dilma a remeter a juventude de volta para casa. Declarou-se explicitamente contrária à bandeira da estatização dos transportes públicos, que seria um divisor de águas com as políticas burguesas. O movimento continuou, mas, com a desistência do MPL, e sem uma direção revolucionária, sem a presença organizada do proletariado, ou de sua política, a burguesia passou a ditar as bandeiras das manifestações. O que levou o movimento a um beco sem saída. Se, de um lado, as várias manifestações individuais com cartazes expunham as bandeiras defendidas, de outro, mostravam a ausência de centralização e organização. O terreno se tornou fértil para a introdução das mais variadas

bandeiras, desde as eleitoreiras, até as reacionárias, como a denúncia da corrupção envolvendo os escândalos do mensalão/petrolão, a partir de processos montados pela quadrilha jurídica da Curitiba.

As massas nas ruas ditaram sua soberania em relação à democracia burguesa, parlamento, justiça e polícia. A Tropa de Choque se combinou com a campanha da imprensa burguesa. As prisões, balas de borracha e bombas de gás foram usadas juntamente com os jornais, televisão, internet, etc.

Se as massas foram às ruas movidas pelas contradições objetivas impostas pela crise capitalista, não encontraram uma direção à altura. O MPL foi colocado à frente de um movimento que jamais pretendeu organizar. Sua estratégia é a da conquista de melhorias no transporte (passe livre) por meio da pressão parlamentar. A burguesia se aproveitou de sua inconsistência política para impor a negociação em seus próprios termos.

Também contribuiu para esse desvio das massas em luta a política eleitoreira das esquerdas. Diante das pressões do MPL, recolheram suas bandeiras, e se negaram a organizar uma frente que pudesse garantir a defesa das reivindicações das massas opostas às da burguesia e de seus governos. É possível comprovar esse oportunismo, bastando apenas ler a resolução da direção do PSOL de 25 de junho de 2013, “apoiando” o movimento, a de 2014,

condenando as ações “violentas” em geral: “o PSOL sempre condenou atos de violência em protestos, já que não contribuem com a nossa estratégia de mobilização democrática de milhões de pessoas”, e a atual posição da maioria de seus dirigentes, que em maior ou menor grau estabelecem uma ligação do movimento de 2013 com o ascenso da extrema-direita.

Os dados indicam que houve, a partir de 2013, um ascenso grevista no país. Esse ascenso grevista é parte da nova fase da luta de classes aberta desde 2010, no norte da África. O número de greves foi ainda maior que o do final dos anos de 1980, passando de 2 mil greves anuais em 2013, 2014 e 2016. (fonte: Dieese). As lutas estudantis e da juventude também prosseguiram. O movimento estudantil com greve, ocupação da reitoria, e grandes manifestações e assembleias de milhares na USP, pelo governo tripartite, ainda em 2013; o movimento da juventude contra a Copa de 2014, em várias cidades pelo país, e contra os jogos olímpicos, em 2016; o movimento de ocupações de escolas; que partiram de S. Paulo para o Brasil, em 2015, e depois, em 2016; a greve geral de 2017, que paralisou o país e constituiu inúmeros comitês de luta; mostram que existe uma continuidade das jornadas de junho, de crescimento dos movimentos sociais. Esse é o verdadeiro elo de ligação entre esses movimentos.

O que a maioria dessas manifestações revelou em comum foi a ausência de uma direção munida do programa revolucionário do proletariado, única forma de garantir a sua real independência de classe. É certo que o proletariado não esteve aí organizado enquanto classe. E que isso conferiu a esses movimentos a limitação de classe da pequena burguesia. Mas a juventude e outros setores da classe média podem desempenhar uma luta com independência de classe, de choque com a burguesia, seus partidos e instituições, desde que dirigida pela política do proletariado, ainda que este esteja ausente fisicamente. Por isso, é necessária a construção do partido-programa, proletário, revolucionário e internacionalista. Essa é a principal lição das jornadas de junho de 2013. ●

Greve dos professores do Rio de Janeiro



Os professores da rede pública do Estado do Rio de Janeiro estão em greve há mais de 40 dias. A paralisação das atividades se iniciou dia 17 de maio. Entre as principais reivindicações, estão o salário dentro do piso nacional e o cumprimento do plano de carreira, abono das faltas por greve desde 2016, e outras, como a revogação do Novo Ensino Médio. Durante a greve, têm acontecido diversas atividades políticas, como atos em frente à Alerj, debates, vigílias e assembleias.

O governo do Estado alega que não há verba para atender as reivindicações dos professores. No dia 20 de junho, o Tribunal de Justiça do Estado determinou a interrupção da greve e o retorno ao trabalho, sob pena de multa de R\$ 500 mil ao Sindicato da Educação dos Professores do Estado (Sepe). Apesar disso, em assembleia, no dia 21/06, os grevistas votaram por permanecer com os trabalhos paralisados, e fizeram atos em frente à Secretaria do Estado, exigindo uma resposta a suas reivindicações, o que não ocorreu.

No dia 27, os professores realizaram mais uma manifestação no centro da cidade, chamando a atenção por conta da interferência no trânsito da cidade. Foi um passo à frente na luta e nos métodos empregados até esse momento. O que obrigou a marcar uma audiência de conciliação entre o sindicato e o governo para o dia 28/06.

As principais reivindicações dos professores do Estado do RJ são, em grande medida, as mesmas erguidas

nas greves dos Estados do DF e do AM, que ocorreram em maio deste ano. Essa unidade reivindicativa reflete a situação da educação em geral: é de restrição de investimento e piora das condições de trabalho e estudo. Neste sentido, A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que poderia ter um importante papel de unificação e generalização das lutas, na sua inatividade e apatia, cumpre o papel contrário, de isolar e fragmentar as mobilizações. É importante lembrar que o Estado do Rio de Janeiro tem o menor piso salarial do país. A permanência dos professores durante esses mais de 40 dias de greve, além do péssimo salário e precária condição de trabalho, manifesta as condições gerais de vida e trabalho da população do Estado. Em 2021, uma pesquisa do IBGE apontou que o RJ tem a pior qualidade de vida entre os Estados brasileiros, em que os principais problemas são transporte e moradia, dois serviços essenciais para as condições de vida dos trabalhadores. Nenhuma política, nesses dois anos que passaram, assinala qualquer melhora nesse cenário. É dentro dessas condições gerais de vida da população do Estado que os professores se levantam em luta para reivindicar um salário suficiente para viver em condições de trabalho dignas

No entanto, a insistência das direções em arrefecer as tendências de ação direta, e se orientar exclusivamente ao diálogo com o governador aponta para a desmobilização do

É preciso que as lutas dos professores sejam independentes e se apoiem na mobilização coletiva, nos métodos de luta da ação direta que, com sua força política de classe, levaria à conquista das reivindicações apresentadas.

movimento, assim como aconteceu nos demais Estados onde ocorreram as greves da educação. Subordinar a greve ao diálogo com os governos é direcionar as lutas para o fracasso. O contrário deveria ser feito: desenvolver a greve baseada nos métodos da ação coletiva de massas e, assim, obrigar ao governo a negociar em condições favoráveis para os trabalhadores. É preciso que as lutas dos professores sejam independentes e se apoiem na mobilização coletiva, nos métodos de luta da ação direta que, com sua força política de classe, levaria à conquista das reivindicações apresentadas.

As direções dos sindicatos têm se mostrado alinhadas às políticas anti-populares e de ataque contra os assalariados do governo Lula, levando os movimentos grevistas a se subordinarem ao que a burguesia está disposta a dar, desmobilizando os movimentos, e aceitando as pressões dos governos. Nesse cenário é que se destaca a crise de direção revolucionária. Esse é o principal problema colocado nessas greves, pois, há disposição dos trabalhadores para a luta, mas falta-lhes sua direção revolucionária, organizada ao interior dos sindicatos para mobilizar as bases contra a burocracia governista, impulsionando a luta de classes

É preciso denunciar as direções dos sindicatos, forjar as oposições sindicais revolucionárias e lutar por eleger direções combativas e revolucionárias, que impulsionem as lutas, com um programa e métodos capazes de impor aos governos nossas reivindicações! ●

Todo apoio à greve dos trabalhadores do RJ!

MANIFESTAÇÃO CONTRA O MARCO TEMPORAL EM BOA VISTA (RR)

Na semana do dia 5 a 9 de julho, os movimentos indígenas organizaram uma programação de manifestação contra o Marco Temporal em Boa Vista (RR). Essa manifestação, que ocorria em diversos locais do país, reuniu cerca de 2 mil indígenas, de diferentes povos: Macuxi, Wapixana, Taurepang, Wai-wai, Ingarikó e Yanomami, que ficaram acampados nesse período no Centro Cívico de Boa Vista. O intuito era expressar resistência e fortalecer a luta coletiva contra o PL490, que foi votado no STF no dia 7 de junho.

O Marco Temporal é uma política de grande retrocesso para os povos indígenas, pois, considera que os povos indígenas só terão direito à terra que ocupavam a partir de 1988. O PL 490/2007 atende os interesses do agronegócio, representado pela bancada ruralista do Congresso Nacional, e representa grande ameaça aos poucos direitos conquistados pelos povos indígenas, que foram massacrados no processo de colonização do país.

Na manifestação contra o Marco Temporal, participaram lideranças indígenas de diversas comunidades, o movimento indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR), o Conselho Indígena de Roraima (CIR), que reúne indígenas e indigenistas, lideranças indigenistas da igreja, e outras instituições e pessoas não-indígenas.

O que chamou a atenção durante os dias de acampamento foi a ausência de um debate mais aprofundado sobre o que é o PL/490, a que interesses serve essa política, e qual a posição e limitações do governo Lula, diante de políticas devastadoras para os povos originários, como essa. Não houve discussões, nem debates, apenas falas de lideranças indígenas e indigenistas, que expressavam confiança na política conciliadora do governo, e na força política dos representantes indígenas no governo e no Congresso, e colocavam a necessidade de ocupar ainda mais o Congresso e os espaços de poder.

O que se vê aí é que os movimentos indígenas são direcionados por ideais reformistas. Mesmo que pareçam movimentos independentes, apenas guiados pela cosmovisão indígena, na verdade, são influenciados pelas políticas e ideias reformistas que predominam na esquerda, de que suas reivindicações e problemas coletivos serão resolvidos nas instituições dominadas pela classe dominante, o Congresso Nacional. A bancada indígena, em quem tanto confiam, é formada por uma minoria de indígenas que, além da pequena quantidade, se subordinam aos princípios e métodos burgueses de luta política. Não há como superar o problema da falta de demarcação dos povos indígenas, usando os métodos da própria burguesia e seus aparelhos.

O governo Lula, que nomeou uma mulher indígena, a Sônia Guajajara, como ministra dos povos indígenas, e a Joênia Wapichana, como presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), dois espaços de poder considerados estratégicos para o avanço dos direitos indígenas, junto com mais alguns deputados indígenas eleitos por partidos de esquerda (PSOL e PT), se têm mostrado impotentes e incapazes de resolver os problemas fundamentais, como o combate ao Marco Temporal e a defesa da demarcação dos territórios indígenas,



por meio do Congresso ou de ações do poder Executivo.

A bancada ruralista que articula a votação do Marco Temporal já protagonizou outro ataque aos povos indígenas, alterando a MP que trata da estrutura administrativa do governo, sugerindo retirar a competência de demarcação dos TIs do Ministério dos Povos Indígenas passando para o Ministério da Justiça. A posição da Ministra Sônia Guajajara foi de repudiar esse ataque e dizer que os povos indígenas tinham de ser tratados com o respeito que merecem. Tanto a ministra Sônia Guajajara, quanto a deputada Celia Xacriabá, enfatizam que o futuro do Brasil é indígena, portanto, é preciso que o Congresso “caminhe para a frente”. Lula vetou essa modificação no ministério, e as coisas ainda estão indefinidas quanto a isso.

O apelo ao senso moral no Congresso Nacional é ineficaz, já que os deputados e senadores não se apoiam apenas em ideias ou valores equivocados, mas em interesses materiais, em lucros. No “Os invasores” do observatório “De olho nos ruralistas” mostra que 42 políticos, de diversas regiões do país, possuem fazendas em terras indígenas. Segundo o dossiê, além do capital e da grande indústria nacional e internacional, que avançam sobre os territórios indígenas, há famílias com posses e políticos, como governadores, ex-governadores, prefeitos, ex-prefeitos, deputados estaduais.

O relatório investigativo “Os financiadores da Boiada”, do mesmo observatório, investiga as empresas que financiam a bancada ruralista no Congresso Nacional. O Instituto Pensar Agro (IPA) foi criado para elaborar as pautas conjuntas do agronegócio, criando PL e propostas para a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a frente do agronegócio. O IPA é constituído por 48 associações, de diferentes setores do agro, que contribuem mensalmente para o lobby, sobre projetos e leis de seus interesses no Congresso. Um dado importante no relatório é que existem 1.078 empresas associadas ao IPA, as mais influentes delas são multinacionais: JBS, Basf, Cargill, Bayer, Syngenta, Nestlé, Bunge e LDC. Só entre 2019 e 2020, investidores aplicaram cerca de US\$ 24 bilhões em empresas ligadas ao IPA.

Ao observar essa realidade é que vemos que os interesses da bancada ruralista não se assentam sobre este ou aquele valor moral, mas sobre interesses econômicos. A disputa no Congresso Nacional é mediada por compras de votos e articulação desses interesses econômicos. Por isso, essas políticas de ataque aos povos originários só podem ser combatidas pela raiz com os métodos de luta de ação direta, organizados pelos próprios indígenas, de forma independente, contra o governo que, em última instância, atende os interesses do capital. Assim como o capital avança sobre os territórios indígenas, cria mazelas e barbárie nas cidades. Nesse sentido, a luta dos povos indígenas se conecta à luta dos trabalhadores e trabalhadoras que lutam contra a exploração, a miséria, a fome e o desemprego. ●

Afundando no governismo e na política de “cotas”, a “Parada do Orgulho” abandonou a luta pela plena igualdade

A “Parada do Orgulho LGBT+” (11 de junho) denunciou a *“invisibilidade perante a assistência social do país”* que é *“disfarçadamente direcionada às famílias e indivíduos cisgêneros e heterossexuais”*, expondo a discriminação contra as chamadas *“genealogias LGBT+”*. Para acabar com esse estado de coisas, se exigiu que o Estado *“atenda e entenda as especificidades dessa parcela da população brasileira”*, garantindo uma “cota específica” de acesso à moradia, à saúde, aos serviços sociais e aos empregos. O ministro de Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, disse que os presentes deveriam *“sentir orgulho”* por *“estarem vivos”*, após o que sofreram sob o governo Bolsonaro, e que agora viria a *“grande virada”* para *“debater a assistência social para a comunidade LGBT+”*, graças à vitória de Lula.

Pode-se notar que a “Parada” passou, de uma manifestação reivindicativa e de protesto, para um evento carnavalesco e turístico, que não se choca em nada com a ditadura de classe da burguesia e seus preconceitos. Em décadas anteriores, em diferentes países, as manifestações do “Orgulho” destacavam as reivindicações que se chocavam com o Estado e o obscurantismo religioso (fim das discriminações e repressão estatal sobre a livre manifestação do amor homossexual; plena igualdade de direitos em todas as ordens da vida econômica, política e civil; separação da religião do Estado, etc.) e estas manifestações ocorriam mesmo sem a autorização, e, às vezes, sob a repressão do Estado. Agora, além do escancarado democratismo e da aberta submissão ao governo burguês de frente ampla, as manifestações artísticas e batucadas festivas, apresentação de cantores e palavras de ordem que apenas exigem algumas migalhas ao governo, deixam clara a ruptura do movimento com seu passado.

Para a pequena burguesia que compõe a direção da “Parada do Orgulho LGBTQ+”, a conquista da igualdade no acesso aos serviços e garantias sociais é entendida com uma luta individual e corporativa, negociada dentro do quadro das instituições burguesas. Quando os governos burgueses de plantão aprovam algumas (e limitadas) medidas “protetivas” ou “inclusivas”, o fazem visando a desativar o movimento e subordinar suas lideranças, enquanto continuam rolando à solta a violência e as discriminações contra a maioria “LGBT” das classes oprimidas nos locais de trabalho e estudo, a perseguição religiosa e perseguição institucional e social nos bairros e lares, etc.

O movimento democrático-burguês sob direção pequeno-burguesa não tinha como ir mais à frente na luta pela plena igualdade a todos. O regime burguês, em sua fase de decomposição, somente pode satisfazer limitados direitos e garantias de uma parcela da população. Avançar à luta pelos direitos e fim da discriminação exige a luta revolucionária contra o Estado e o regime burguês. A resolução dessa tarefa democrática passa assim às mãos do proletariado e se inscreve como parte de seu programa.

Eis porque defender a política burguesa de “cotas” significa, ainda, aceitar que apenas uma parcela da classe média terá parte de seus direitos garantidos, e que a desigualdade

irá continuar atingindo aos pobres e aos miseráveis. É o que se constata pela experiência histórica das lutas na América Latina e no mundo todo. Os limitados avanços que houve na legislação e no acesso aos serviços sociais, em geral, são usufruídos quase que exclusivamente por algumas camadas da classe média, que têm como pagar por eles, ou têm como prosseguir processos jurídicos (longos e onerosos) para serem reconhecidos. Quando reconhecidos determinados direitos e garantias jurídicas, chocam-se com o avanço do privatismo e o desmantelamento do setor público, aumento dos preços dos planos de saúde, destruição das aposentadorias, o desemprego e subemprego, os salários miráveis e a pobreza em que proliferam os crimes e a prostituição, dentre tantas outras desgraças que impedem às massas proletárias e oprimidas não-heterossexuais de usufruir dos serviços dos que dispõe a classe média abastada. Por sua vez, apoiar o governo burguês de frente ampla aliado do reacionarismo burguês significa abandonar a luta pela plena igualdade para todos e o combate contra os fundamentos da família monogâmica burguesa e obscurantismo religioso que a sustenta, como a fonte primária da discriminação contra os “LGBT+”.

Essa distinção é necessária para compreender que, sob o regime burguês, a possibilidade de usufruir individualmente de plenos direitos e garantias (econômicas, civis e jurídicas) é condicionada pela classe a que se pertence. A experiência histórica demonstra também que as massas exploradas e oprimidas não têm como mudar suas condições de existência isoladamente, como indivíduos. Mas, sim, se constituindo como parte indissolúvel de uma força coletiva alicerçada nos métodos da luta de classes. A Revolução Russa demonstrou ainda que, para avançar na erradicação das discriminações e dar passos para a plena igualdade de todos os indivíduos, é necessário destruir o Estado burguês, e fazer da religião um assunto da esfera privada das pessoas. Eis porque o programa do marxismo para as opressões e discriminações parte do reconhecimento dessas como manifestações da opressão de classe. Para libertar os indivíduos de toda discriminação, se devem romper as cadeias da família burguesa, e transformar a grande propriedade privada em propriedade estatizada. Eis como se criarão as condições para conquistar a igualdade em todos os âmbitos da vida econômica, civil e política.

Para impor suas reivindicações, as massas oprimidas “LGBT+” devem fundir a luta pelos direitos democráticos à luta da classe operária e dos demais oprimidos pelas suas reivindicações como classes exploradas. Ou seja, constituir uma força social e coletiva capaz de impor à burguesia e às instituições as reivindicações de igual trabalho, igual salário; fim da precarização; salário mínimo e vital; escala móvel das horas de trabalho; por planos de moradia sob controle coletivo dos trabalhadores; sistema único e público de saúde, etc. Dar um passo por esse caminho será avançar na ruptura com os atos festivos e a subordinação ao Estado burguês, e pelo fim de toda opressão e discriminação da sociedade de classes, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. ●

Campanha Salarial dos Servidores Municipais de São Paulo - se confirma a traição das burocracias sindicais e seus aliados

Após 20 dias da última assembleia, realizada em 01 de junho, foi aprovado na Câmara dos Vereadores, e em seguida sancionado pelo prefeito, o acordo rebaixado realizado entre o governo e as burocracias que dirigem as entidades sindicais do funcionalismo municipal, acordo que impôs ao conjunto do funcionalismo a substituição do movimento nas ruas pela pressão parlamentar, alimentando a ilusão de que era possível obter avanços por essa via.

Vale lembrar que o conjunto do funcionalismo municipal, em especial, os trabalhadores da Educação, demonstraram grande disposição de luta, impondo a unidade, quando o burocrata do SINPEEM, Cláudio Fonseca/Cidadania, fez de tudo para quebrá-la, e quando protagonizou assembleias massivas, com fechamento quase completo das escolas. E mesmo na última assembleia, quando a burocracia já havia aprovado o acordo com o governo, ainda tivemos um número expressivo de paralisação nas escolas e de presença nas ruas, embora o número menor nesta assembleia tenha sido utilizado, inclusive por setores de oposição (chapa 2), para justificar que já não havia mais disposição de luta.

Para quebrar essa disposição de luta, as burocracias precisaram golpear duramente a democracia operária nas assembleias, as duas maiores (16 e

23/05) foram completamente fechadas, só os membros da direção das entidades discursaram no caminhão do som, com um conteúdo típico dos traidores da classe, que é o de se apoiar em um elemento criado em meio à política de conciliação de classes para apresentar para a categoria como grande vitória, neste caso, o regime de subsídio, utilizado esse ano como “bode na sala” para manter o arrocho salarial.

A aprovação do acordo na Câmara apenas confirmou o quadro de traição já traçado pelas burocracias. Nas duas sessões de votação do PL 328/2023, não houve por parte das direções nenhuma convocação da categoria, nem sequer para pressão parlamentar, método defendido pelos burocratas. O desvio da luta para a Câmara não passava de uma grande farsa para encerrar o movimento e impedir o avanço da mobilização dos trabalhadores.

Nas duas sessões de votação do PL 328/2023 na Câmara, foram apresentadas várias emendas. Na primeira votação, houve apenas 4 emendas, sendo 2 do PSOL e 2 do PT. As emendas do PSOL tratavam do confisco aos aposentados (retirada do confisco de 14% dos aposentados com doenças incapacitantes até a revogação do decreto/Sampaprev 2, e contribuição de 14% apenas para o que superar o teto da Previdência), mas sequer defendia o fim do confisco para

todos os aposentados. E as duas emendas do PT, uma também tratava do confisco dos aposentados (contribuição de 14% apenas para o que superar o teto da Previdência; quando houver acúmulo de proventos, pagar uma única vez, e isenção para aposentados com doenças graves e deficiência). Também não defendia o fim do confisco para todos. E a segunda emenda tratava da incorporação do abono complementar de 32%, concedido em 2022, parcelado em 4x, até 2025.

Na segunda votação, foram apresentadas 34 emendas, não apenas da bancada de oposição ao prefeito, mas também da base aliada do governo. O conjunto de emendas tratava do confisco aos aposentados; da incorporação do abono complementar de 32% de 2022; de nova gratificação a alguns setores do funcionalismo; de nova opção pelo regime de subsídios; da criação de novos cargos para os CEUS; do reajuste de VA e VR, dentre outros.

Sobretudo, o mais importante a compreendermos é que a própria bancada do PT, que se diz oposição a Nunes/ MDB, apresentou emendas de supostas “melhorias” ao PL, para em seguida retirá-las, quando na segunda votação foi apresentado um substitutivo pelo líder do governo que agregava, ao projeto original, apenas a retirada do confisco aos aposentados com doenças graves, a partir de janeiro/2024. Esse substitutivo foi aprovado, por 45 votos a favor, e 6 votos contrários (todos do PSOL). Após a aprovação do Substitutivo, as emendas 1 a 11, e 17 a 34, foram retiradas, a pedido dos autores e do líder do PT, Senival Moura, e as emendas do PSOL (12 a 16) foram lidas e rejeitadas em Bloco com requerimento aprovado, se confirmando mais uma vez que as disputas parlamentares não são campo de luta dos trabalhadores.

Portanto, é necessário denunciar a política de conciliação de classes das direções burocratizadas com o governo, assim como a traição dos que ajudaram a burocracia a enterrar o movimento, já que as direções contaram com a legitimação dessa política por grupos da Oposição Unificada (chapa 2), que “conquistando” direito de fala no caminhão na última assembleia, embora denunciem a ausência da democracia nas assembleias, não defendem a greve como único método capaz de impor as reivindicações da classe, e acabaram endossando a ilusão em torno da disputa na Câmara dos Vereadores. ●

PL 328/2023

1 - VOTAÇÃO

EMENDA 1 (Toninho Vespoli/PSOL - apoiado por mais 4 vereadores do PSOL e 3 do PT) - **Retirada do confisco de 14% dos aposentados com doenças incapacitantes até a revogação do decreto/sampaprev 2**

EMENDA 2 (Toninho Vespoli/PSOL - apoiado por mais 4 vereadores do PSOL e 3 do PT) - **contribuição de 14% apenas para o que superar o teto da previdência**

EMENDA 3 (Alessandro Guesdes/PT - apoiado por mais 4 do PT e 3 do PSOL) - **contribuição de 14% apenas para o que superar o teto da previdência / quando houver acúmulo de proventos pagar uma única vez/ isenção para aposentados com doenças graves e deficiência**

EMENDA 4 (Alessandro Guesdes/PT - apoiado por mais 5 do PT e 2 do PSOL) - **incorporação do abono de 32% parcelado em 4x até 2025**

2 - VOTAÇÃO

Foram apresentadas 34 emendas (sobre o confisco / incorporação do abono/ nova gratificação/ nova opção pelo subsídio/ cargos dos CEUS/ PDE/ reajuste de VA e VR)

Foi apresentado um substitutivo pelo líder do governo (que agregava apenas retirada do confisco aos aposentados com doenças graves a partir de janeiro/2023 - aprovado por 45 a 6 votos contrários (todos do PSOL)

Após a aprovação do Substitutivo, as emendas 1 a 11 e 17 a 34 foram retiradas a pedido dos autores e do líder do PT (Senival Moura).

As emendas restantes (12 a 16) foram lidas e rejeitadas em Bloco com requerimento aprovado.

FONTE:

https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Pesquisa/DetailsDetalhado?COD_MTRA_LEGL=1&COD_PCSS_CMSP=328&ANO_PCSS_CMSP=2023

SINPEEM BUROCRACIA TENTA RETOMAR AS ELEIÇÕES PARA DIRETORIA DO SINPEEM COM UM NOVO GOLPE

A comissão eleitoral, formada por três membros da chapa 1 – Compromisso e Luta, e dois membros da chapa 2 – Oposição Unificada, se reuniram no dia 30/06, para decidir sobre a retomada das eleições, sem convocar os representantes de chapa.

A chapa 3 – Unidade independente, classista e Combativa, não foi comunicada sobre a existência dessa reunião pelo presidente da comissão eleitoral, que é quem deveria comunicar oficialmente, já que, depois da homologação das chapas, todas as demais reuniões da comissão foram com a representação das chapas. Mas, para além da obrigação do presidente da comissão eleitoral, é importante avaliarmos por que os representantes da chapa 2 – Oposição Unificada – também não se incomodaram em participar de uma reunião tão importante, de retomada das eleições, sem a presença da chapa 3.

Não nos resta nenhuma dúvida de que o principal objetivo de deixarem a

chapa 3 de fora dessa reunião foi para legitimar a eleição virtual, sem nenhuma manifestação em defesa das eleições presenciais, com urnas volantes nas escolas, que é o que temos defendido desde o início do processo eleitoral.

É importante esclarecer ainda, que fomos surpreendidos nas redes sociais com a divulgação dessa reunião e de seus encaminhamentos – definição da data das eleições para o dia 01/08 e manutenção do formato virtual – já que até o presente momento, a chapa 3 não foi comunicada oficialmente, para inclusive ter o mesmo tempo que as demais chapas para realizar sua campanha nas escolas, pois, com esse calendário aligeirado, teremos apenas uma semana antes do recesso, e uma semana após o recesso, para campanha, o que claramente também é proposital, para impedir mais uma vez a possibilidade de um debate presencial e qualificado nas escolas.

Portanto, a retomada do proces-

so eleitoral se configura em meio a mais um golpe da burocracia sindical – de impor a eleição virtual e um calendário apertado em meio ao recesso escolar – com o apoio da chapa 2, que segundo informe da própria candidata a presidente pela chapa 2, interveio nesta reunião, propondo um calendário ampliando em apenas mais uma semana de campanha (eleição em 11/08), e indicando três empresas para realizar a eleição virtual, ou seja, sem questionar o formato despolitizado e antidemocrático do processo.

Por isso, exigimos a anulação dessa reunião e convocação de uma nova reunião da comissão eleitoral, com a participação de todos os membros, bem como dos representantes das chapas, conforme consta em nota de 08/05/23, no próprio site do sindicato: ●

https://www.sinpeem.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=14433&furiurl=-08052023---EleiAA-ao-2023---Nota-do-SINPEEM-

APEOESP Reunião de Conselho Estadual de Representantes (C.E.R) e Ato dia 29/06 Atividades Apeoesp pós eleição sindical não organizam a luta em defesa das reivindicações

A direção eleita na Apeoesp em 2023, com o seu “chapa”, constituído agora também pela burocracia de esquerda, mostrou bem seu caráter burocrático cristalizado, chamando a 1ª reunião de C.E.R para o dia 24/06, por meio virtual: uma vergonha! Durou mais de 6 horas, totalmente controlado pela Maria Izabel Noronha, Deputada Estadual e 2ª presidente da direção sindical (cargo criado agora, para manter a “matrona” dos professores também na direção). O 1º diretor Fábio, que antes era o secretário, continuou fazendo o mesmo papel de “secretariar”. Essa é a dimensão do que a categoria enfrentará nos próximos anos. Uma direção sindical mais alinhada com os governos, principalmente o petista pró-imperialista de Lula/Alckmin, “fechando” com o parlamento, contendo a luta de classes, o máximo possível.

Era fundamental que nessa reunião de C.E.R fosse marcada uma Assembleia da categoria, contra o conjunto de ataques, “legalizados” pelo “Novo Ensino Médio” (NEM) e “Novo Plano de Carreira”.

O NEM destrói o currículo conceitual, dividido em disciplinas, tornando-o superficial em “grandes” áreas do conhecimento, “criando” os Itinerários Formativos (IF), que só têm servido à humilhação de professores e alunos na

sala de aula, possuem nomes complicados, mas não têm conteúdo nenhum. Com o “Novo” Plano de Carreira para os professores, a LC 1374 de 30/03/2022, o professor passa a trabalhar mais, e seu salário é transformado em subsídio. Somado a esses ataques, estão a retirada de direitos, reformas da Previdência e Trabalhista, e as terceirizações. Mesmo neste quadro, sequer uma data para a Assembleia foi definida. Ficou para setembro, após o Congresso Estadual da Apeoesp, que já foi marcado.

A preocupação de todo o CER foi a organização dos congressos, CECUT (estadual), APEOESP, CONCURT (nacional). Houve concordância com a distribuição das vagas entre as correntes, mesmo as que compuseram a chapa 2, como foi o caso do POR. O camarada da CSM-GL propôs o debate e a votação para a disputa das vagas, mas foi voto vencido. A direção sindical lhe ofereceu uma suplência, que não aceitamos, por entender que esse não é o método da democracia sindical. A conquista de delegados ao Congresso deveria expressar a disputa política no interior das bases da categoria, pelo programa, e nunca ser uma “concessão” da burocracia. Apoiar-se na burocracia para se ter delegados é reforçar a centralização burocrática do sindicato e virar as costas para a necessária luta política entre as bases.

Defendemos os congressos em escolas, com o máximo de delegados possíveis, com eleição direta entre os professores nas escolas, para escolha dos delegados. O grande golpe da direção burocrática sindical, e agora com o apoio da base das correntes que antes eram de oposição, é não marcar as Assembleias e as Reuniões de Representantes (R.E).

A escolha das datas dos Congressos não beneficia o conjunto da categoria de professores e trabalhadores. Congressos de gastos milionários e realizados em colônias de férias servem de base para tecer o apoio ao governo burguês do PT e impor a via institucional como principal meio de luta da categoria. Já sabemos pela experiência que nenhuma contrarreforma cairá por meio da pressão ao parlamento, assim como não imporemos conquistas sem os métodos da ação direta (greves, manifestações, etc.). A derrubada do Novo Ensino Médio, do Novo Plano de Carreira, o fim do concurso público fajuto sem garantia de estabilidade, só podem ser derrotados nas ruas, com a organização das paralisações, dias nacionais de luta e greves, que são deliberados em conjunto com os professores nos encontros de R.E.s nas subseções e nas Assembleias gerais em São Paulo. O método burocrático, parlamentar, judicial, do sindicato e da central sindical, servem para reforçar o apoio ao governo que oprimirá as massas, com o despejo da crise sobre elas, deixando com que as medidas de destruição da educação pública avancem.

É passada a hora de reorganizarmos uma vanguarda de oposição, classista, de luta, revolucionária e comprometida com uma política de defesa da maioria explorada. Essa direção venal no sindicato deve ser combatida e denunciada, nos trai abertamente, permitindo que se destrua de bandeja o pouco que ainda resta aos professores, alunos e funcionários.

ATO DIA 29/06/2023 "CONTRA" A FORMA DO CONCURSO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O ato foi tirado na reunião de C.E.R. do dia 24/06.

No último período, nenhuma Assembleia foi chamada. A direção burocrática sindical teve a cara de pau de chamar uma "Assembleia" virtual para a posse das eleições. Essa foi a única assembleia do ano! No segundo semestre de 2022 e no primeiro semestre de 2023, nenhuma assembleia estadual foi convocada, apenas "Atos", que não são deliberativos e nem são paralisações, que não podem ser repostos. São esvaziados, com um tanto de gente chamado pela burocracia, quando não, nem isso. Foi o caso do ato no dia 29 de junho, na praça da República, em frente a SEDUC (Secretaria da Educação).

Como o ato não contava nem como uma centena de professores, a direção burocrática não se deu o trabalho de contratar um caminhão de som, estava lá com uma "pipoqueira" (carrinho de som). Muito à vontade no chão entre a "meia dúzia de professores", os dois presidentes deram início ao ato, se vangloriando de míseros 6% que M. Isabel disse ter conquistado na ALESP. Explicou as negociatas que vêm fazendo com o governador, sobre o aumento do número de vagas no concurso, e o fim da videoaula, que não passaram de promessas, nem sequer a APD (atividade pedagógica diversificada), horas de trabalho não pagas cumpridas na escola, foi retirada. A direção "ganha" no jurídico, "ganha" no parlamento, mas não ganha nada de fato para a categoria.

O burocrata Leandro, da Articulação, defendeu que o governo faça um concurso com 100 mil vagas, ao invés das 15 mil, já que são 100 mil professores contratados. Se conseguisse perceber o que falava, veria que a consequência de sua fala estaria apenas na estabilidade. Fato é que a "mecânica" do "funil" afunilou ainda mais. Esse concurso é a mostra de que o governo pretende manter a maioria dos professores em regime de contratação, sem estabilidade e em trabalho precário, e agora, com o apoio do sindicato. Esse concurso abrirá uma nova era dos serviços públicos no quadro da sua destruição, que antes tinham a estabilidade na carreira, com um mínimo plano de carreira (fruto de lutas históricas do funcionalismo), adequando-os à reforma trabalhista do governo Temer.

Nas falas, mesmo as correntes da Oposição Combativa não fizeram a defesa geral, tirada na Conferência das Oposições de 2023, de estabilidade já, para todos os professores contratados, sem concurso público. A própria corrente Reviravolta, do PSTU, que foi a cabeça da chapa 2, classificou o concurso como "fake", defendendo a organização de um concurso "verdadeiro". Em contrapartida, outras correntes que compuseram a chapa 2 defenderam a estabilidade para os professores contratados.

O concurso convocado pelo governo para apenas 15 mil professores é um mecanismo de ataque aos mais de 96 mil professores da categoria O, hoje sem estabilidade. Esses professores devem ser efetivados com estabilidade, sem concurso, pois já demonstraram na prática a habilidade para exercerem a profissão. O concurso será usado pelo governo para, além de contratar somente 15 mil, fazer um ranqueamento dos professores da categoria O, que servirá para a atribuição de aulas burocrática, e para deixar parte deles sem emprego. É uma traição da direção ficar discutindo os "critérios" do concurso (número de vagas e provinha de vídeo). Trata-se de rejeitar esse concurso fraudulento e exigir, em 1º lugar, a estabilidade a todos os professores da categoria O; e 2) contratação de todos os professores necessários para que se tenham salas de aula com no máximo 25 alunos – o que implica fechar escolas de tempo integral e reabrir salas de aula e escolas fechadas.

Somente com os métodos da luta de classes se poderá dar outra direção à categoria. O plano de carreira, o piso salarial, e a conjuntura citada acima devem ser debatidas e alinhadas em Assembleia. Somente a CSM-GL convocou a Assembleia para o dia 11/08/2023. Nenhuma outra corrente propôs data, apenas fizeram coro, algumas correntes da oposição. Houve quem denunciasses o concurso público, dizendo que este arrancava dinheiro, mas não defendeu a estabilidade e uma data para Assembleia diretamente.

Mais do que defender o método, é necessário aplicá-lo, é preciso sair do discurso vazio, dos atos simbólicos: é preciso convocar a categoria, visitar escolas, levar material, é preciso chamar para as ações práticas, convocando a base para decidir os rumos do enfrentamento aos governos. ●

**NENHUMA CONFIANÇA NESSA DIREÇÃO
BUROCRÁTICA SINDICA! POR UM SINDICATO
DE BASE, COM DEMOCRACIA SINDICAL! PELAS
ASSEMBLEIAS GERAIS E LUTA DIRETA!**

59º CONUNE: UM CONGRESSO GOVERNISTA E OPOSTO AOS INTERESSES DOS ESTUDANTES

Combater a direção traidora da UNE

Entre 12 a 16 de julho, ocorre o 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes. Ocorre sob o novo governo burguês, de Lula/Alckmin, e depois de um longo período em que a direção da UNE (PCdoB/PT) se manteve no imobilismo, fazendo a oposição ao governo Bolsonaro apenas através das campanhas virtuais, dos “twitaços”, e de um afastamento com o movimento estudantil que, por exemplo, quando retornavam as aulas presenciais, lutava pela reabertura dos Restaurantes Universitários, pela recomposição das verbas para a assistência estudantil, e contra os Reitores impostos pelo governo de ultradireita.

De fato, a direção da UNE, como das grandes Centrais Sindicais, sindicatos, movimentos, embarcou firme na política burguesa do “isolamento social”, acreditando verdadeiramente que era possível realizar o isolamento geral, quando este só ocorreu para a burguesia e setores da classe média. As escolas e as universidades ficaram fechadas em 2020, 2021, e parcialmente em 2022, com a farsa do “ensino remoto”, em uma realidade social em que a maioria dos estudantes sequer tinha os “chips” de dados móveis para acessar as aulas.

Neste mesmo período, o orçamento da educação básica e superior era paulatinamente diminuído. O resultado deste período foi a maior evasão da história, crescendo a parcela da juventude que não estuda nem trabalha, ou quando trabalha, o faz em empregos informais ou subempregos. A direção da UNE que posava de oposição ao governo de Bolsonaro, não organizou as mobilizações para defender a educação pública. Ao contrário, sua campanha, por exemplo, durante o período das “aulas remotas”, era por mais “chips” para os estudantes.

Como outras organizações de massas, participou da organização da frente ampla burguesa e fez campanha para a chapa Lula/Alckmin, considerando-o progressista. Passados seis meses do “mandato progressista”, vemos que o orçamento da educação não foi recomposto: em 2015, quando sofreu o primeiro grande corte com Dilma, estava em R\$174,4 bilhões. Hoje, com o novo governo Lula, está em R\$145,85 bilhões. Do PT de 2015, que inaugurou os bloqueios e os cortes, para o PT de 2023, a diferença é pequena: a educação, como outros serviços sociais, são estrangulados para atender os interesses do grande capital, e, sobretudo, com a política de austeridade (hoje chamada de “arcabouço fiscal”) para atender os interesses do capital financeiro, nacional e internacional. Enquanto prevê repassar menos de R\$150 bilhões para toda a educação, Haddad e outros ministros de Lula indicam que devem pagar o mesmo montante da Dívida Pública, garantindo, nos próximos anos, o “superávit primário” (mais recursos do orçamento para pagamento da Dívida). Em 2022, foram mais de R\$780 bilhões, apenas em juros. Daí se pode ver a quem favorece o “governo progressista”.

LUTAR PELA REAL INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Apesar de os números do orçamento comprovarem a prioridade ao sustento do capital financeiro como de todos os governos burgueses, a direção da UNE, a partir de várias correntes e partidos políticos, defenderá uma política que terá como objetivo utilizar o movimento estudantil nacional para “ajudar” o governo Lula a “cumprir seu programa de melhoria dos serviços públicos e da educação”. Como tomam o atual governo como “seu” governo, então, entendem que os movimentos só devem

pressionar para que certas pautas sejam apresentadas e votadas no Congresso, contra os setores “conservadores” e “bolsonaristas”. Como se esses setores não formassem a base fundamental do governo.

É uma política mentirosa, ilusória, que engana e subordina o movimento estudantil à agenda do governo federal. Um exemplo disso, neste primeiro semestre, foi a mobilização em torno da revogação do novo ensino médio. Desde a campanha, os petistas afirmavam que poderiam modificar ou revogar a Reforma do Ensino Médio, aprovada ainda com Temer. Iniciado o governo, o tom ficou menos “radical”, propõem mudanças, ajustes, para “aperfeiçoar” a reforma. De qualquer modo, a mobilização, nos poucos lugares em que tem ocorrido de fato, se dirige a “pressionar” o governo, a partir da discussão que o próprio governo colocou. Recuperar, por exemplo, os mais de R\$30 bilhões perdidos de orçamento da educação (desconsiderando a inflação), não surge no horizonte das campanhas da UNE, porque “isso” não é “possível”, “neste momento”, para o atual governo.

Assim, além de serem “pautados” pela agenda do governo, submetendo o movimento nacional a essa agenda e aos limites do possível para “este” governo, a direção da UNE ainda cria a ilusão de que o programa da chapa de Lula/Alckmin, realmente, era “progressista” e foi “votado” pelas massas, quando foi o poder econômico, inclusive, com o apoio direto de frações do imperialismo norte-americano, que permitiu a eleição de Lula, e direcionou a essência de seu “programa”: redesenhar a política de austeridade fiscal, que serve para pagar a Dívida Pública. Em outras palavras, substituir a “Lei do Teto, que não deu certo”, pelo “arcabouço fiscal”, que continuará saqueando as riquezas nacionais, que poderiam ir para a Saúde, Educação, Infraestrutura, Assistência Social, etc., mas que são consumidas pelo pagamento de juros em benefício do capital financeiro. Se o “programa” de Lula for concretizado, será bom para o grande capital financeiro, para os capitalistas da educação, que receberão mais, através do FIES e do PROUNI, e isso continuará sendo ruim para a maioria nacional, o que inclui a massa de estudantes pobres.

Por tudo isso, é preciso combater a política da direção da UNE e de todas as correntes e partidos que apoiam o atual governo. Nossa luta por mais verbas para Educação, para Ciência, para a permanência estudantil, contra as mudanças curriculares que destroem o pouco de conhecimento que a educação pública pode fornecer, está em choque com as diretrizes dos governos e dos capitalistas. Esta luta exige total independência política (de classe) contra a política que beneficia as diferentes frações da burguesia nacional e internacional.

E exige levantar, verdadeiramente, as reivindicações do movimento estudantil que se manifestam, de forma fragmentada, por todo o país, como a necessidade de contratação de mais professores e funcionários para as universidades (o governo “progressista” de Lula vetou, do orçamento de 2023, a criação de 417 vagas em seis universidades federais de cinco estados), de reorganização e de mais verbas para o programa nacional de assistência estudantil, de mais verbas para as pesquisas envolvendo ciência e tecnologia, de mais verbas para investimentos e obras em toda a rede federal de ensino, etc. Estas reivindicações históricas ressurgem em cada movimento isolado, ano após ano, e são ignoradas pela direção da entidade que deveria organizar, centralizar e impulsionar o movimento nacional dos estudantes.

Recentemente, as universidades estaduais paranaenses realizaram uma greve de quase um mês, por reajuste salarial para os professores e os funcionários. Houve participação do movimento estudantil regional, mas não de forma decisiva, de modo que a greve foi suspensa, mesmo sem o atendimento da reivindicação principal. Este é um exemplo de como a UNE não é conduzida para impulsionar e ampliar as lutas, porque, no caso do arrocho salarial, ele foi comum em todas as universidades pelo país, sejam estaduais ou federais. A explosão de um movimento prevista em um estado deveria servir para impulsionar a luta nos demais estados, impulsionando, com isso, os métodos da ação direta, a partir dos quais os estudantes podem ter “protagonismo”, ao fazer grandes manifestações de rua, ao ocupar os prédios públicos, ao mobilizar outros setores da sociedade. Além disso, a unidade com o movimento docente e dos trabalhadores da educação também é parte da luta em defesa da educação pública em todos os níveis. Mas a direção da UNE e todos os governistas que aparelham as entidades estudantis não podem impulsionar estas lutas, levantar as reivindicações e os métodos de luta porque não querem, de fato, se opor aos governos e aos capitalistas.

Dessa forma, admitem a expansão do privatismo em todos os níveis, que vai corroendo o ensino público e gratuito. Não combatem as medidas de ataques à educação em geral: não rechaçam de conjunto a reforma do Ensino Médio (que “seu governo” vai modificar, mas aprovar); não combatem pela derrubada das burocracias universitárias, que são os instrumentos da burguesia para manejar as universidades; não exigem a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados, vítimas da precarização do

trabalho; negociam as reivindicações estudantis com as burocracias e os governos, no campo estabelecido pelos liquidadores do ensino público e gratuito.

UM PROGRAMA PROLETÁRIO PARA O MOVIMENTO ESTUDANTIL

O caminho para erguer uma fração revolucionária no interior do movimento estudantil é uma tarefa árdua, mas que se atualiza em cada nova luta, em cada nova mobilização pelas reivindicações mais sentidas e gerais dos estudantes.

Em cada nova mobilização, o programa proletário para a educação se coloca objetivamente. Tantas as reivindicações imediatas, como as de mais verbas, quanto as reivindicações históricas, de um único sistema de educação público, laico, universal (que pressupõe a luta pela estatização de todo sistema privado de ensino), de governo tripartite nas universidades, com eleição direta e revogável de todos os cargos da administração, de defesa da juventude nacional, lutando por trabalho e estudo para todos.

Este conjunto de reivindicações exige mobilização permanente, a partir dos métodos da ação direta, por meio da organização de assembleias democráticas e da ação consciente de uma vanguarda no movimento. O caminho de combate real à atual direção da UNE é o de constituir uma fração de oposição revolucionária, oposta a todo o leque de correntes governistas que compreenda a necessidade de lutar pela independência política, por varrer com as direções traidoras e governistas, por um programa proletário que una as reivindicações de cada movimento às reivindicações gerais, e lute, assim, também pela destruição da sociedade decadente burguesa e pelo socialismo. ●

Na USP, burocratismo das direções estudantis resiste à tendência de luta do movimento

O semestre letivo na USP encerrou-se com a relutância das direções estudantis burocratizadas em organizar o movimento estudantil por suas reivindicações, apesar da tendência de luta. O CAELL (Centro Acadêmico de Estudos Linguísticos e Literários), que já argumentara, na primeira assembleia de Letras do ano, contra exigir do DCE a convocação de nova assembleia geral, viu-se pressionado pelo movimento estudantil a retomar a proposta em plenária dos três setores do curso de Letras - o mais engajado no campus Butantã atualmente, conquanto é o mais afetado no campus pela falta de professores - já no fim do semestre, dia 22/06. Além da cobrança, foi aprovado também um ato unificado para o dia 27/06, junto com estudantes da EACH (Escola de Artes, Ciências e Humanidades), do campus Leste, que se tornaram exemplo, ao iniciarem uma paralisação com piquete no dia anterior, com reivindicações em comum com os estudantes da FFLCH: contratação de professores e bolsas de permanência. O ato aconteceria durante reunião do Conselho Universitário, após uma reunião agendada pelo reitor com estudantes da EACH no mesmo dia.

Com a pressão gerada pela aprovação da proposta de cobrança sobre o DCE, a direção se viu obrigada a se pronunciar em plenária próxima, no dia 24/06, sábado, para informar que convocaria uma assembleia geral no mesmo dia do ato unificado. Seria a segunda assembleia geral de estudantes do ano - a primeira foi na semana de calourada. A convocação saiu no mesmo sábado nas mídias sociais do DCE, a apenas três dias de sua realização. No dia do ato, no entanto, a assembleia foi cancelada, sem avisos e sem explicações.

O movimento da EACH, no fim das contas, também não avançou. O reitor conseguiu ludibriar os estudantes com promessas superficiais. No campo da contratação de profes-

res, prometeu a antecipação, para o próximo semestre, de 15 vagas já previstas para docentes temporários, sem projeções para quando o contrato encerrasse. No campo dos auxílios de permanência, foram prometidas uma reunião com a pró-reitoria responsável e a reavaliação dos alunos que tiveram seus pedidos de auxílio indeferidos. Isso bastou para que, na assembleia da EACH realizada na noite do ato de forma híbrida (virtual e presencial) - com 450 participantes online de um total de 600, i.e., apenas a quarta parte fisicamente presente -, fosse aprovado o fim da paralisação, sob canto de vitória.

O que não se pode perder de vista, em todo caso, é a contradição presente entre a tendência de luta do movimento estudantil e o burocratismo de suas direções. Os estudantes da EACH aprovaram paralisação com piquete, e a mantiveram durante uma semana. Os estudantes de Letras participaram massivamente das assembleias de curso, aprovando paralisações, atos e, por fim, a exigência de que o DCE organizasse a luta de forma unificada por meio de uma assembleia geral. O curso de Ciências Sociais aprovou semelhante exigência, mesmo com o voto contrário da direção do CA. O DCE, por outro lado, realizou uma única assembleia no início do ano, ainda durante a calourada; manobrou uma plenária, no dia 06/06, para impedir que uma assembleia fosse votada; convocou uma assembleia já no fim do semestre, a poucos dias de sua realização, para cancelá-la de última hora, sem aviso prévio. O CAELL se opôs a cobrar a unidade de luta por parte do DCE no início, sustentou sua posição por omissão ao longo do semestre, retomando a proposta apenas no fim. A democracia direta se mostra ausente no vocabulário das direções.

É por tudo isso que se mostra necessária a construção de uma oposição classista e revolucionária no interior do movimento estudantil na USP, para retomar o caminho da luta. ●

ESCANCARADO PARASITISMO DAS MONTADORAS

Empresas deixam de pagar bilhões ao Estado, enquanto continuam a demitir e destruir direitos trabalhistas

A Volkswagen anunciou a “suspensão temporária” da produção de veículos no Brasil, por conta da “estagnação do mercado”. Dias antes, foi a vez da Mercedes Benz anunciar o fechamento de em Campinas. As empresas recorrem à mesma explicação: a necessidade da “reestruturação” produtiva, no quadro geral de quedas das vendas e rentabilidade. As decisões foram anunciadas após as montadoras aderirem ao “programa de incentivo” à indústria automotiva do governo federal, que concede incentivos bilionários às montadoras para garantir preços mais baratos para carros, ônibus e caminhões novos.

Favorecidas por centenas de milhões de dólares em tributos e impostos, as montadoras continuam enchendo os bolsos dos acionistas no exterior, enquanto não duvidam, nem por um só segundo, de garantir esses lucros, empurrando para a barbárie do desemprego e da fome milhares de famílias. E quando mantêm o quadro de em-

pregados, ou o fazem suspendendo turnos (deixando os operários tentarem sobreviver com um salário rebaixado e sem garantias de que terão emprego mais à frente), ou estendendo a terceirização entre os operários, sob a ameaça de sua demissão/suspensão.

A defesa da fonte de trabalho de milhares de operários passa pela luta pela expropriação (sem indenização) das fábricas que demitam ou fechem, estatizando-as e colocando-as a produzir sob controle operário coletivo. Assim se defenderão as condições de vida dos operários, e se colocarão as fábricas a serviço dos interesses nacionais. Exijamos dos sindicatos, centrais e direções metalúrgicas que se convoquem assembleias e se organizem piquetes unificados dos operários metalúrgicos, objetivando ocupar as fábricas e deflagrar uma greve geral do setor, para impedir o fechamento e as demissões, e impor a estatização das montadoras! ●

Centrais discutem as diretrizes para regulamentação do trabalho por aplicativos

Foi publicado o plano de “diretrizes sobre regulação das relações de trabalho em empresas-plataforma”, elaborado pelas Centrais. Constan nele: 1) Regulamentação tributária do setor; 2) Prevalência das convenções coletivas e leis (municipais e estaduais) com as condições mais vantajosas para o trabalhador; 3) Direitos sindicais e trabalhistas garantidos pela Constituição e CLT; 4) Autonomia garantida ao trabalhador, para definir horários de trabalho e descanso, descanso semanal remunerado, e limite de jornada de trabalho; 5) “Jornada de trabalho compreendida como todo o tempo à disposição da empresa-plataforma, desde o momento do login até o logout na plataforma”, de oito horas diárias, e quarenta e quatro semanais; 6) Reconhecimento de vínculo definido pela legislação: “indeterminado para trabalhadores habituais e autônomo para traba-



lhadores eventuais”; 8) Acesso à seguridade social “com filiação ... ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) como contribuinte obrigatório e recolhimento da parte patronal, conforme tributação pertinente”; 9) Piso salarial mínimo mensal e “valor mínimo por corrida/serviço”, atualizadas por convenção coletiva; 10) Regulamentação de “códigos e os algoritmos ... submetidos à auditoria”; 11) Cadastro único dos trabalhadores do setor.

A luta pelo direito dos trabalhadores por aplicativos a usufruir dos direitos e garantias conquistados pelos assalariados em luta contra a burguesia e seu Estado é chave para combater a violenta exploração e

precarização a que são submetidos. Mas, submeter essa luta às direções burocratizadas acabará servindo aos capitalistas. As burocracias sindicais de tudo estão fazendo para impor às bases a destruição de direitos, rebaixamento de salários e demissões, que favorecem o patronato. Portanto, sua aprovação não passará de um papel “protocolado”, que depois será desconhecido pelo patronato.

A única garantia para conquistar sua organização sindical livre e independente e todas suas reivindicações e direitos é a luta de classes e a ação coletiva das bases, da qual surgirá um sindicato forjado no combate revolucionário contra a exploração capitalista. ●

Pela DERROTA MILITAR DA OTAN NA UCRÂNIA, para avançar à derrubada dos governos burgueses e à revolução socialista mundial!

A contraofensiva da Ucrânia, que deveria reconquistar os territórios anexados pela Rússia com uma poderosa e moderna maquinaria bélica entregue pela OTAN, demonstrou-se um fracasso. Várias centenas de tanques e veículos de transporte, dentre eles, vários Leopard-2 alemães e dezenas de Bradley norte-americanos que chegaram à Ucrânia há dois meses, foram destruídos ou danificados antes mesmo de chegar à primeira linha de defesa russa. O regime ucraniano, um títere das potências imperialistas, não sobreviveria uma semana sem a OTAN. Centenas de milhares de soldados ucranianos caíram mortos. Centenas de mercenários experientes e altamente treinados (poloneses, georgianos, franceses, italianos, norte-americanos, etc.) tombaram sob fogo russo. A superioridade aérea; a derrubada de centenas de aviões, helicópteros e modernos mísseis de cruzeiro; contramedidas rádio-eletrônicas cegando radares e drones; os permanentes ataques de mísseis de precisão alvejando instalações militares e industriais no oeste da Ucrânia; a permanente chuva de drones de ataque destruindo radares, sistemas antiaéreos, canhões autopropulsados, etc., mostraram a superioridade atual das Forças Armadas russas e a impossibilidade de a OTAN mudar o rumo da guerra, pelo menos por enquanto.

A continuidade da ofensiva constitui massacre planejado do povo ucraniano, a serviço dos interesses imperialistas, em seu objetivo de prolongar os choques militares, com o objetivo de enfraquecer a Rússia e, desse modo, criar condições para cumprir seu principal objetivo histórico: destruir a propriedade nacionalizada e o Estado Operário degenerado, para converter esse país em semicolônia. Eis porque se colocaram muitas expectativas no motim do grupo Wagner que, afirmava-se, indicava uma fratura no interior da burocracia que controla o Estado Operário degenerado e as Forças Armadas russas. Mas, o motim se chocou com a centralização política e militar, dissipando-se rapidamente.

Por enquanto, não se vê uma saída favorável ao objetivo imperialista de derrotar a Rússia e impor sua “Paz sem anexações”. Diferentemente, avança a unidade entre Rússia e China, estreitando a cooperação econômica, política, estatal e militar. Os interesses dos Estados Operários degenerados vêm firmando-se conjunturalmente pelo mundo todo, enquanto o imperialismo acha-se ameaçado pela crise econômica e o avanço da luta de classes no interior dos países capitalistas. A possibilidade de uma conflagração mundial, produto dessas contradições, cresce, assim como uma alta da luta de classes mundial.

Não entanto, dezenas de bilhões de dólares e milhares

A vitória das massas francesas, peruanas ou de qualquer país onde se impulsionam os choques contra o regime e o estado burgueses pelas suas reivindicações mais sentidas não apenas fortalecerá à classe operária em cada país, como mundialmente ao enfraquecer o imperialismo.

de equipamentos militares continuam inundando a Ucrânia, alavancando a indústria parasitária da guerra – que permite escoar grande parte do capital-dinheiro, paralisado nas potências pela crise de superprodução, estagnação dos mercados e a destruição das condições de vida das massas – embolsando gigantescos lucros, com cada mês que se passa. É para isso que a Ucrânia está servindo de bucha de canhão ao imperialismo e à OTAN. Mas, pagam também a classe operária, os assalariados, camponeses e a juventude oprimida nos países envolvidos na guerra, ou das semicolônias, que vêm destruídos os serviços públicos e os direitos trabalhistas, reduzir seus salários e seu consumo, etc., enquanto o grande capital enche seus bolsos.

O marxismo ensina que as condições objetivas da situação mundial, se aproveitadas pelo proletariado organizado sobre sua estratégia e programa próprios, podem abrir caminho à luta revolucionária. Não há compartimentos estanques entre as tarefas a serem cumpridas pelo proletariado nos países que avançaram a transição ao socialismo daqueles que mergulham na decomposição do capitalismo. Estão ligadas entre si pela estratégia internacional, apesar das diferentes táticas, para

cumprir um mesmo objetivo: a revolução socialista mundial, e avançar à transição ao socialismo. A vitória das massas francesas, peruanas ou de qualquer país onde se impulsionam os choques contra o regime e o estado burgueses, pelas suas reivindicações mais sentidas, não apenas fortalecerá a classe operária em cada país, como internacionalmente, ao enfraquecer o imperialismo mundialmente. É parte dessa luta estratégica a unidade do proletariado por cima das fronteiras e das diferenças nacionais, em defesa das conquistas revolucionárias, sem por isso apoiar em nada à burocracia usurpadora que é inimiga da revolução mundial, e que deve ser derrubada em seu momento pela revolução política.

A ausência ou degeneração revisionista da direção política proletária impede que essa perspectiva progrida. Mas, não altera em nada as tarefas históricas e práticas da classe operária nacional e mundialmente. É trabalhando pela vitória dos movimentos e levantes das massas contra os governos capitalistas e pela derrocada revolucionária da burocracia herdeira do estalinismo, assim como pela organização dos partidos marxista-leninista-trotskistas, que a vanguarda caminha na superação da crise de direção e na reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, que nos ensina que a revolução política é parte da luta do proletariado mundial para avançar para a revolução socialista mundial. ●

O motim aventureiro do grupo paramilitar Wagner se chocou de frente com a elevada centralização da burocracia e, sem qualquer ganho, dissolveu-se rapidamente

O motim militar da empresa de mercenários Wagner, que objetivava derrubar o alto comando das Forças Armadas Russas, foi rapidamente desmantelado e abortado, um dia após o grupo, liderado pelo oligarca Yevgeny Prigozhin, tomar o comando Sul do exército russo na cidade Rostov-on-Don, ao sul da Rússia. Assim terminava a aventura de um ex-aliado do presidente Putin, que pretendia a destituição do Ministro da Defesa, Sergei Choigu, e do chefe do estado maior, Valeri Gerasimov.

Para compreender o conteúdo social e político do motim, assim como suas possíveis consequências, é necessário explicar a origem do grupo Wagner (empresa especializada em intervenções militares) e sua expansão parasitando os recursos e financiamento estatais. Ou seja, os laços econômicos e políticos constituídos entre a alta cúpula da burocracia estatal russa e Prigozhin, e dessa forma entender o fundamento de por que essas relações foram dinamitadas, e empurraram o empresário da guerra ao motim aventureiro. Será possível, então, compreender as relações históricas, econômicas e políticas que se manifestam no curso dos choques do grupo Wagner com a burocracia durante a guerra na Ucrânia.

UM OLIGARCA FORJADO PELAS MÃOS DA BUROCRACIA

Prigozhin é um oligarca que usufruiu durante anos de bilionários contratos com o Estado, parasitou o orçamento estatal e os recursos militares, para constituir seu império comercial. Após sair do cárcere por roubo, abriu um restaurante, do qual era freguês (na década dos anos 1990) o Conselheiro do prefeito de São Petersburgo, Putin. Eleito presidente, Putin permitiu ao empresário gastronômico ampliar seus negócios, assinando com ele um contrato para prover refeições e alimentos para o Kremlin. Com a expansão dos negócios – e cada vez mais dependente dos ditames da alta cúpula da burocracia estatal russa – “ganhou”



uma licitação para prover merenda escolar e refeições para o exército russo.

Foi essa relação umbilical com a burocracia estatal que lhe permitiu ampliar seu poder econômico. Com a fundação da empresa Wagner, dedicada à prestação de serviços de proteção e operações militares especiais, esses interesses projetaram-se em nível internacional. O estado fechou vários contratos com Wagner, para intervir militarmente na Síria e em diversos países da África. O Kremlin utilizava aos mercenários de Prigozhin naquelas “tarefas sujas”, nas quais o Estado não podia aparecer envolvido.

Essa relação (semelhante à estabelecida por outros tantos oligarcas com a burocracia em outras “áreas”, visando a obter lucros), outorgou a Wagner uma poderosa força de pressão sobre os governos dos países em que atuava sob ordens do Kremlin. O que permitiu Prigozhin negociar quotas na exploração de riquezas e recursos naturais contratado para proteger. Em Moçambique e Sudão, por exemplo, Wagner obteve, dos governos aliados da Rússia que ajudava a proteger, a participação nas explorações de recursos naturais (petróleo, ouro, diamantes, etc.). Mas, rapidamente começaria a se desmontar quando Prigozhin, apoiando-se no seu pequeno exército particular e confiante de seu poder e riqueza pessoal, achou que poderia impor à burocracia suas próprias ambições políticas e econômicas.

CURSO DE RUPTURA COM A ALTA CÚPULA BUROCRÁTICA

Foi durante a batalha pelo controle da cidade de Bakhmut, quando Prigo-

Essa relação (semelhante à estabelecida por outros tantos oligarcas com a burocracia em outras “áreas”, visando a obter lucros), outorgou a Wagner uma poderosa força de pressão sobre os governos dos países em que atuava sob ordens do Kremlin. O que permitiu Prigozhin negociar quotas na exploração de riquezas e recursos naturais contratado para proteger.

zhin começou seus ataques violentos contra Choigu e Gerasimov. Acusava-os de burocratas, preocupados com seus cargos, inoperantes militarmente, e responsáveis por milhares de mortes, por se negarem a enviar, para Wagner e as tropas russas, munições e armamentos para continuar a guerra até “levá-la a Kiev”.

A retirada de Wagner de suas posições exigiria novos esforços e tropas do exército russo, levando tempo e recursos extraordinários. O conflito foi circunstancialmente equacionado com a entrega das armas e munições pelo Ministério da Defesa. Mas, na sequência, começou a trabalhar para tirar o grupo de mercenários das posições avançadas e congelar os repasses militares e financeiros. Com a cidade sob controle russo, Wagner finalmente foi desmobilizado, e retornou a suas bases em Donetsk, sob ordens do Kremlin.

Em uma entrevista, o enviado do Alto

Comando do exército, Pegov, informou Prigozhin que o Ministério de Defesa “tinha decidido não prover mais munição” ao grupo Wagner. E perguntou, por duas vezes, se isso poderia levar a medidas de retaliação. Prigozhin respondeu, também por duas vezes, que não faria qualquer mobilização de tropas, mas afirmou que o “fracasso das operações militares” deviam-se à inoperância dos “burocratas” Choigu e Gerasimov. Essa conversa traz à luz do dia que o alto comando e o governo sabiam que Wagner, reconhecidos como “heróis” da Rússia, cogitavam procurar “destituir” seus adversários pela força, e se apresentarem como “salvadores do povo russo”.

A revolta do oligarca teve por fundamento interesses econômicos concretos. Wagner sobrevive como empresa privada graças aos recursos orçamentários estatais. Com a decisão do governo de encerrar os contratos de todas as forças paramilitares atuando na Ucrânia, se atingia a base econômica do negócio mercenário.

Anunciando a dissolução de Wagner e sua integração ao exército, e com os recursos financeiros e repasses de armamentos congelados até nova decisão, o alto comando do exército russo apertou o cerco. Os serviços de segurança (FSB) alertaram Putin das crescentes e desmedidas “ambições” políticas e econômicas do chefe miliciano. Mas, essa ambição chocar-se-ia contra a centralização da cúpula da burocracia, que decidiu, assim, impedir que as ambições de um oligarca ameaçassem seus próprios interesses de casta. Sem apoio do governo e acusando o alto mando de “bombardear” suas bases, Wagner se dirigiu à Rostov, e mobilizou suas tropas a até 500 km de Moscou. Putin, em coletiva de imprensa, denunciou o golpe em andamento a “serviço da OTAN”, chamou seu ex-aliado de traidor, e pediu ao exército esmagar a revolta.

Prigozhin não tinha qualquer condição militar de se impor. 20 mil soldados russos das forças de operações especiais e mais 20 mil da unidade de assalto e operações especiais Akhmat, da Chechênia, foram deslocados para esmagar e matar, se for necessário, os mercenários e seu chefe. A coluna de

mercenários foi atacada em sua marcha a Moscou. Um helicóptero do exército russo foi abatido. Oito tripulantes de um avião de reconhecimento foram mortos. Isso enquanto a Força Aeroespacial russa destruiu vários equipamentos de Wagner em sua marcha a Moscou. Após 36 horas de iniciado o motim militar, Lukachensko, presidente da Bielorrússia, ofereceu uma saída negociada com Prigozhin, a pedido de Putin. A revolta militar dissipou-se tão rápido como surgiu.

O MOTIM NADA TEVE A VER COM UMA DISPUTA INTERBUROCRÁTICA

A revolta do oligarca teve por fundamento interesses econômicos concretos. Wagner sobrevive como empresa privada graças aos recursos orçamentários estatais. Com a decisão do governo de encerrar os contratos de todas as forças paramilitares atuando na Ucrânia, se atingia a base econômica do negócio mercenário. Por sua vez, integrados os territórios do Leste à Rússia, a segurança e defesa passam às mãos das forças militares e policiais do Estado. A ação de uma empresa militar privada passa a ser considerada ilegal. Também o grupo Wagner deve se dissolver no exército. Mas, se dissolver significa para o oligarca desistir da fonte de recursos que lhe permitiu construir um instrumento objetivo de pressão (militar) para manter seus lucros e negócios particulares nos territórios nos quais atua. A retórica da “justiça” e da luta contra os “burocratas ineptos” apenas acobertou a tentativa de um oligarca defender essa fonte de lucros. Isso descarta, de um só vez, os delírios de que o motim expressaria uma fratura no interior da burocracia.

A decisão do governo em retirar os cargos de traição contra o chefe miliciano não é um sinal de fraqueza, mas um cálculo político. O esmagamento de Wagner aconteceria, mas ao custo de centenas de mortes de militares e civis. A proposta de extradição e retirada de cargos de traição contra os mercenários e seu chefe é parte dessa decisão. Porém, não esgotou as vias para sua criminalização e encarceramento. No momento em que a Duma decidiu parar de financiar o grupo Wagner, decidiu também realizar uma investigação do destino e uso dos bilhões recebidos. Criando, assim, condições políticas e legais para um processo por corrupção contra Prigozhin. Como a Bielorrússia é aliada do Kremlin, e garantirá a extradição a pedido por Putin, o oligarca ainda é amea-

çado pelo retorno ao cárcere, após décadas de serviço ao Kremlin. Os próximos passos da burocracia, quaisquer sejam eles, acontecerão quando dissolvido o Wagner e “estatizados” seus recursos materiais e humanos.

UM OLIGARCA SEM PODER PARA SE IMPOR À CASTA BUROCRÁTICA

Ainda que tenha bilhões na conta do banco, ou que participe como acionista na exploração de jazidas e riquezas naturais dos países aos quais aluga os serviços de seu exército privado, a força econômica e militar do oligarca Prigozhin em nada se compara à colossal potência material e econômica das forças produtivas desenvolvidas sob a forma da propriedade nacionalizada pela revolução proletária; portanto, não tem como enfrentar a casta burocrática que parasita dessa propriedade, e controla um poderoso e moderno exército, com inúmeros recursos militares. Como assinalava Trotsky, as riquezas pessoais em nada se comparam à riqueza social criada pela propriedade nacionalizada. Portanto, o poder do oligarca é ínfimo perante o da burocracia, que se sustenta sobre essa base, e que pode selar o destino pessoal do líder mercenário quando ele fugir ao seu controle. Inúmeros suicídios e assassinatos de empresários e funcionários (alguns muito mais ricos e poderosos que Prigozhin), o demonstram.

Quanto mais próximo acha-se o impasse na situação de guerra, sempre e quando se garantam os objetivos da burocracia (manter o Leste ucraniano e a Crimeia como territórios russos), menos necessária será uma milícia privada que é utilizada apenas para fins militares. E mais intolerável se tornam para a burocracia as ambições de um oligarca. É muito provável que Prigozhin desejasse levar a guerra até Kiev, criando condições para obter novos “contratos”, impor mais recursos, etc. E quanto mais esse grupo de mercenários estivesse confiante de sua força, mais perigo representaria à burocracia, e mais se orientaria a procurar ser independente dela.

Em momentos de perigo, quando a existência da burocracia como casta está em risco, ela procura disciplinar suas disputas e equacionar suas divergências (que existem e são violentas), o faz empiricamente, impulsionada pelo instinto de preservar suas condições de existência e sua fonte de poder e ganhos. Isso também assinalou Trotsky, repetidamente. Eis porque é tragicômi-

co observar os malabarismos retóricos de jornalistas e correntes políticas (que abusivamente se denominam trotskistas) em caracterizar a saída negociada entre Prigozhin e Putin como sinal de fraqueza deste.

A oligarquia burguesa russa não se manifestou a favor da tentativa golpista. A burocracia estatal cerrou fileiras com o governo. A Duma (Congresso) anunciou que cessou todos os contratos com Wagner. Não houve manifestações de massas em apoio aos rebeldes. Sem qualquer base social, política e militar para impor suas condições à burocracia, o grupo Wagner e seu líder decidiram aceitar a proposta do governo, desmobilizar suas forças e aceitar a extradição de Prigozhin para a Bielorrússia.

O ESSENCIAL A SER COMPREENDIDO

A burocracia evita levar seu enfrentamento com o imperialismo até as últimas consequências. Sempre procura as negociações e a “coexistência” com aquele. Basta-lhe conservar o poder e controle sobre o Leste ucraniano como

garantia circunstancial de sua segurança a seus objetivos nacionais. Procura sempre uma saída diplomática para preservar seus interesses de casta. Daí que não tem qualquer intenção de impulsionar a luta das massas contra a opressão imperialista e não promove a luta insurrecional do proletariado e dos oprimidos contra o governo pró-imperialista de Kiev e o imperialismo. Essa é a principal contradição em que está metida: precisa defender as bases materiais de seu poder político e econômico, e o faz empiricamente; mas, por sua natureza de expropriadora do poder proletário e seus métodos burocráticos militares alheios às massas, não pode ser consequente na luta contra a burguesia mundial. Sua natureza contrarrevolucionária a coloca na condição de inimiga da revolução mundial. Ainda que triunfe na Ucrânia, será uma vitória circunstancial. Somente a derrota do imperialismo em todas as partes, a ascensão da revolução mundial, poderá garantir a paz entre os povos.

O poderio alcançado pelo grupo Wagner demonstra que a burocracia

também cria, permanentemente, instrumentos e meios da destruição da maior e fundamental conquista revolucionária do proletariado: a propriedade estatizada, ao agravar as disputas intestinas pelo poder, servir de esteio aos oligarcas, e agir como uma casta totalitária. Porém, nossa defesa da Revolução Política contém a defesa do Estado Operário e da propriedade nacionalizada. Não consideramos como “progressista” qualquer disputa que pudesse levar a uma guerra civil que destruísse as bases econômicas sobre as quais ainda se apoia a possibilidade objetiva da transição para o socialismo.

O proletariado russo nunca deve apoiar ou ajudar seus inimigos de classe (imperialismo e oligarcas) para cumprir a tarefa da derrubada da burocracia reacionária. Ameaçada a propriedade estatizada, como aconteceu com o motim do Wagner, os marxistas se colocam pela derrota do motim aventureiro dirigido por um oligarca, sem nunca apoiar a burocracia, sua política contrarrevolucionária e seus métodos. ●

PALESTINA / Responder ao terrorismo de Estado com a luta de classes: pela derrota de Israel diante dos palestinos!

Mais uma invasão sionista de territórios palestinos foi realizada, desta vez no campo de refugiados de Jenin (Cisjordânia). A ofensiva ao campo de refugiados começou com um ataque de drones. Contabilizam-se em mais de 20, os palestinos assassinados pela maquinaria bélica israelense, entre os quais crianças. Centenas de manifestantes que enfrentaram as colunas militares colonialistas ficaram feridos. Paramédicos foram dispersados a tiros por soldados israelenses. A invasão foi precedida por atos terroristas e pogroms perpetrados por colonos judeus em Ramallah e Nablus, enquanto a Esplanada das Mesquitas era tomada por tropas israelenses e se demoliam casas palestinas em Jerusalém. No total, contabilizam-se 200 palestinos assassinados, apenas em 2023.

O ataque foi denunciado como “declaração de guerra” pelas organizações palestinas e pelo governo do Irã. Turquia, Egito, Emirados Árabes, Irã e Síria denunciaram o terrorismo de estado do governo sionista. Os Estados Unidos pediram a Netanyahu para frear a ofensiva militar nos territórios palestinos. Alemanha, França e Itália exigiram a paralisação imediata dos assentamentos de colonos judeus. A ONU afirmou que o governo israelense incorreu em violações aos direitos humanos. Fora as palavras, nada é feito efetivamente para impor a retirada das tropas. “Exigências” e “solicitações” são jogadas no lixo pelo governo sionista. Netanyahu elogiou os militares, por liquidarem “terroristas”. É assim que o regime terrorista sionista denomina qualquer palestino que se revolta, ainda que com pedras e paus, contra a ocupação colonial de seus territórios.

Há anos, as forças israelenses bombardeiam áreas densamente povoadas pelos palestinos. O regime de justiça militar de exceção se estende por toda a Palestina ocupada. O objetivo sionista é o de impedir e bloquear qualquer acordo

que respeite os direitos dos palestinos, e impor, pela via militar, o colonialismo sobre os territórios palestinos. Jenin é alvo desse objetivo por anos. A população desses territórios é permanentemente vigiada, encarcerada ou massacrada, quando se revoltam contra a brutal opressão nacional e o saque de suas terras ancestrais. Logo atrás do exército, sempre vêm os tratores de demolição para derrubar casas, e as empresas de construção, civil para construir assentamentos judeus. Nada freia a ofensiva sionista para “conquistar” novas terras e favorecer que “prosperem” os negócios imobiliários da burguesia sionista e camadas pequeno-burguesas judias, ligadas ao comércio e serviços.

O agravamento dos choques entre a nação oprimida (Palestina) e a opressora (Israel) se dá no quadro das manobras imperialistas para equacionar o conflito, visando a impedir que o terrorismo sionista acerque e reate, mais firmemente, os laços recém-atados entre países árabes, até ontem adversários ou inimigos declarados, graças ao esforço diplomático chinês e russo. A tentativa sionista de esmagar organizações palestinas que contam com respaldo de Irã, para assim “limpar” o terreno interno de qualquer resistência armada e popular, caso decida atacar o Irã, reforçará a conjuntural unidade desses países, uma vez que temem (especialmente a Jordânia que conta com o maior campo de refugiados palestinos, e celeiro de militantes das organizações palestinas armadas) que a revolta das massas árabes se alastre e coloque em perigo seus interesses burgueses, abrindo caminho ao levante regional das massas oprimidas.

O regime sionista, apoiado na colonização militar e no terrorismo de Estado, impôs um verdadeiro de apartheid étnico, racial e nacional. Contra esse regime, se revoltam per-

manentemente as massas palestinas nacionais oprimidas. E enfrentam diariamente, com todos os meios a seu dispor, o sionismo, para retomar seus direitos. No caldo de cultura das revoltas e levantes, se forja a juventude que, erguendo barricadas e com pedras e bombas caseiras, enfrenta as colunas blindadas e tropas sionistas, assim como destacamentos armados, ligados estreitamente à população palestina. Toca de Leões, que está à frente da resistência armada e radicalizada em Jenin, e conta com apoio das massas, atacou as tropas sionistas. As Brigadas Jenin, autodefesa organizada em 2021, no campo de refugiados, conflui com ela e Al-Fatah, Jihad Islâmica e Hamas, em ações armadas contra o avanço militar israelense na Palestina.

Os agrupamentos armados convocaram a população da Palestina a se levantar em defesa de Jenin. Mas, são incapazes de cumprir a principal tarefa prática colocada: o armamento geral das massas, que as prepara e educa para conquistar a autodeterminação nacional, com suas próprias mãos. Não será com a guerra de guerrilhas, realizada por pequenos grupos, por

mais bem treinados e corajosos que sejam, que se derrotará o Estado colonial e racista de Israel. A sua derrota acontecerá com a insurreição da nação oprimida pelo fim da opressão e o terrorismo sionistas, sob o programa da autodeterminação nacional. Imediatamente, se trata de convocar e organizar uma Intifada (levante) que se estenda a toda Palestina.

Esse chamamento também deve ser defendido pelos explorados judeus. A derrota da ofensiva militar fortalecerá sua luta estratégica pela expropriação da genocida e racista burguesia sionista. O que exige deles apoiar claramente o direito das massas palestinas a conquistar sua real autodeterminação nacional por elas mesmas. Somente é possível romper o bloqueio do divisionismo nacional, racial e religioso defendendo, lado a lado, com o programa comum de derrubada revolucionária das burguesias (imperialista, sionista e árabe, cada uma a seu modo), dando assim um passo à unidade na luta revolucionária pela plena igualdade de direitos e o fim de toda opressão nacional sob a estratégia do Estado operário e camponês e dos estados unidos socialistas do oriente médio.

FRANÇA / Mais uma revolta contra a impunidade e o Estado policial

Em 27 de junho, Nahel, jovem de ascendência norte-africana, foi executado por um policial. Segundo o informe da polícia, foi parado por uma blitz de controle de trânsito sem carteira de motorista e em carro alugado, afirmando que o policial decidiu atirar após “tentar jogar o carro” contra ele. Em um vídeo publicado após sua execução, se ouve o policial ameaçar de morte a jovem ao lado do carro enquanto aponta com sua arma e atira à queima-roupa quando o jovem liga o carro. Após desmontada a mentira da polícia, o alto mando apressou o policial e a um fiscal decidiu processá-lo por homicídio.

A população francesa revoltou-se contra a execução. Protestos massivos e radicalizados deflagraram em Paris, Marselha, Toulouse e quase todas as cidades importantes da França, exigindo justiça e o fim da violência policial contra pobres, imigrantes e trabalhadores (Nahel era entregador por aplicativos). Barricadas foram erguidas nas ruas e sedes de bancos e lojas de artigos de luxo foram destruídas. Centenas de carros e ônibus foram queimados. 119 prédios públicos (34 prefeituras, 28 escolas e 57 propriedades particulares) foram parcialmente destruídos ou queimadas suas instalações. Milhares de manifestantes foram presos e várias centenas de feridos, dentre eles mais de cem policiais.

A radicalização dos protestos expõe a revolta das massas contra a permanente violência estatal desfechada contra a população pobre e o racismo que permeia as instituições. Repetem-se, ano após ano, os atos discriminatórios contra imigrantes, estrangeiros, negros, árabes e judeus. Perseguições, assédios, detenções arbitrárias, vexames e execuções são constantes. Em 2005, dois jovens africanos (Bouna Traore y Zyed Benna) foram executados pela polícia. Anos depois, foi vexado Théodore Luhaka (22 anos), espancado e estuprado com um cassete por policiais. Esses casos foram amplamente divulgados, mas todos os dias trabalhadores e desempregados imigrantes e de diferentes origens nacionais sofrem da violência estatal e policial. A mesma que é descarregada sobre a classe operária e demais assalariados quando lutam pelas reivindicações e direitos contra a burguesia monopolista.

Isso explica porque França tem sido cenário de permanentes revoltas e levantes dos explorados e oprimidos contra

a violência que se gesta em meio ao avanço da barbárie social sobre as massas e da ofensiva de contrarreformas contra direitos, salários e empregos. A permanência das condições de decomposição capitalista e suas consequências sobre a vida do proletariado, a pequena burguesia e a juventude oprimida impulsionam choques constantes dessas contra o Estado e o patronato. Seu fundamento objetivo acha-se na contradição entre os crescentes lucros da burguesia monopolista e a crescente pobreza e miséria em que afundam as massas. O que se manifestou na explosão das greves e manifestações operárias e populares contra a Reforma da Previdência, ainda neste ano. E isso explica, também, porque a violência que recai principalmente sobre a juventude oprimida e os imigrantes, é uma manifestação particular da opressão de classe que desgraça a todas as classes oprimidas.

Quanto mais afunda o capitalismo francês em suas contradições, mais a burguesia monopolista é obrigada a atacar a fundo a vida das massas e aparelhar o Estado policial para esmagar levantes, greves e manifestações. Quando Macron aplicou a reforma da previdência via decreto, passando por cima do parlamento e sem negociar com os sindicatos, logo militarizou o país para conter os protestos massivos que explodiram pelo país e evitar a luta das massas contra os ditames da burguesia. É parte desse objetivo proteger seus lucros parasitários e desviar recursos orçamentários dos serviços sociais para a produção de armamentos e financiamento da guerra contra Rússia.

As tendências de alta da luta de classes no país percorrem vários anos, ainda que com retrocessos conjunturais. Em geral, compõem respostas a uma situação pontual ou contra medidas específicas tomadas pelo patronato e as instituições burguesas. Mas, tendem instintivamente se projetar como revoltas das massas contra a burguesia e seu Estado. A tarefa da vanguarda é compreender o fundo comum dessas manifestações e as bases econômicas por trás da violência estatal contra os indivíduos e os explorados em geral, e erguer um plano de reivindicações que permita às lutas particulares se fundirem em um movimento nacional e unitário dos explorados contra seus exploradores, unificando a luta contra o Estado policial à luta contra as contrarreformas e o militarismo imperialista. ●

Rejeitar a farsa eleitoral burguesa!

Erguer um programa próprio dos explorados!

Faltando dois meses para as eleições gerais antecipadas (20 de agosto), foram apresentados os programas das 8 legendas que participarão do pleito. Segundo o Artigo 97 do Código da Democracia, os candidatos devem apresentar um “plano de trabalho”, que contenha um *“diagnóstico da situação, objetivos gerais e específicos, planos plurianuais e estratégias”*. A Aliança *“Por um país sem medo”* (Jan Topic-Diana Jácome) propõe combater a criminalidade, e fazer reformas estruturais da economia, educação, saúde e moradia. *“Claro que se pode!”* (Yaku Pérez-Nory Pinela) propõe *“um pacto social, ético e ecológico”*, com reforço da segurança pública e políticas econômicas sustentáveis de “governança” estatal. O *“Movimento Revolução Ciudadã”* (Luisa González-Andrés Arauz) defende a “paz” e segurança com a *“igualdade de oportunidades”*, lutar contra a corrupção, e uma transição energética. A ADN (Daniel Noboa-Verónica Abad) propõe reconstruir a institucionalidade, com governabilidade, e um enfoque “inclusivo” no social. *“Agirmos!”* (Otto Sonnenholzner-Érika Paredes) foca na *“defesa” da democracia e institucionalidade*, combate à corrupção, e “eficiência” do setor público. O *“Amigo”* (Bolívar Armijos-Linda Romero) defende fortalecer a segurança pública, e focar na economia com produção e desenvolvimento agrícola. O *“Gente Boa”* (Fernando Villavicencio-Andrea González) defende o foco no combate às facções criminosas, e uma economia combinando a produção para exportação com desenvolvimento socioambiental, “democracia e saúde”. Finalmente, O RETO (Xavier Hervas-Luz Marina Veja) propõe a “reconstrução nacional”, com segurança, obras públicas e proteção da saúde.

As eleições irão se realizar em um contexto de avanço à miséria e pobreza, que tanto tem ampliado os conflitos sociais quanto os negócios do narcotráfico, que penetra por todos os poros do Estado, e arrasta um setor das massas para a economia associada aos negócios criminosos (que atingem especialmente os negócios do pequeno comércio urbano e a classe média), e de ameaça de avanço à exploração, por grandes capitalistas, de riquezas mineiras e petrolíferas em terras indígenas. O insignificante peso do proletariado – dado o raquítico desenvolvimento das forças produtivas, com exceção do proletariado petroleiro e da extração dos minérios, por sua estreita ligação com o mercado mundial – no país e na economia, combinado ao maior peso da pequena burguesia (esmagadora maioria nacional), condicionam e determinam as campanhas e promessas das legendas direitistas e esquerdizantes da política burguesa. Lembremos ainda que o levante popular de 2019 teve na pequena burguesia urbana e nos povos indígenas a força social predominante. Sua importância (numérica, social e econômica) explica porque os “planos de governo” destacam-se por propor o “desenvolvimento” econômico ligado à “pacificação social”. Isto é, como combinar medidas com foco nas contrarreformas do Estado, privatizações e exploração de terras indígenas, garantindo, ao mesmo tempo, limitados subsídios sociais e garantias econômicas à pequena burguesia e povos indígenas, para “conquistar” esse

contingente do eleitorado.

Qualquer que seja o governo eleito, a burguesia já terá garantidos seus interesses mais gerais, antes de realizadas as eleições. O golpe desfechado por Lasso vem criando uma estrutura econômica e jurídica favoráveis a isso. Foram aprovadas ditatorialmente (via decreto), medidas para garantir o aumento das reservas internacionais, e um aumento da taxa de juros, como “garantias” adicionais para pagar a dívida pública, bem como a redução de impostos que favorecem os grandes exportadores. Recentemente, foi implementado um plebiscito para consultar a população se é favorável ou contra a exploração de recursos naturais nas terras indígenas e áreas protegidas. Mas, também, novas regulamentações administrativas, para reduzir a fiscalização do Estado sobre investimentos privados e projetos de privatizações de empresas públicas, que cairão no colo do próximo eleito. O que se dá em um quadro de aumento da pobreza e miséria absolutas (passou de 21% para 28%), de agravamento da recessão econômica, e da ação dos grupos criminosos, que proliferam em meio ao mar da barbárie social.

As medidas do golpista Lasso criam as condições estruturais para condicionar o próximo governo e Parlamento eleitos. Favorecem, ainda, as políticas e programas das legendas direitistas. A possível vitória do correísmo, como assim indicam as pesquisas, está sendo respondida pelo governo com uma mudança rápida nas condições da governabilidade burguesa de quem vier a ser eleito, que estará sob tutela dos militares e da ofensiva imperialista sobre os recursos naturais. Se se confirmar a vitória do correísmo (*“Movimento Revolução Ciudadã”*), seu governo nascerá profundamente condicionado. Qualquer medida assistencialista ou reformista enfrentaria uma profunda crise política. Somente apoiado nas massas contra a burguesia é que poderia impor seu “plano de governo”. Não obstante, sua submissão ao golpe e aceitação de eleições gerais em condições favoráveis à direita e o golpismo demonstra que apenas irá manobrar dando uma ou outra migalha, objetivando a sua “governabilidade”.

Para as massas exploradas e oprimidas, não interessa quem ganhe nas eleições: os povos indígenas continuarão sem direito à autodeterminação sobre seus territórios, e as massas assalariadas e pequeno-burguesas empobrecidas continuarão passando fome e afundadas na miséria. A vanguarda com consciência de classe no país, apoiada na classe operária, deve convocar as massas a rejeitarem a farsa eleitoral, convocar as assembleias unificadas, e formar comitês de luta, para impor suas reivindicações contra a burguesia e seu Estado, com a luta de classes. Enfim: deve convocá-las a retomar a via aberta pelo levante insurrecional de setembro/outubro de 2019, mas, desta vez, erguendo um programa de reivindicações comuns, e defendendo a ação coletiva de massas que abram caminho à luta revolucionária, que garantirá a autodeterminação dos povos indígenas, nacionalização das terras e indústrias, para o desenvolvimento das forças produtivas e riquezas em benefício do país e das massas oprimidas. ●

A burguesia imperialista e peruanas objetivam fortalecer o governo imposto como instrumento de seus interesses

6 meses se passaram desde o golpe institucional contra Castillo. A presidente imposta, Dina Boluarte, apesar de desaprovada por 80% da população, continua governando com apoio da fração direitista que controla o Parlamento e das Forças Armadas, responsáveis por “execuções extrajudiciais” de 70 manifestantes, que tombaram assassinados, quando saíram enfrentar o golpe nas ruas.

Após inúmeras promessas, o governo e Parlamento peruanos adiarão as eleições deste ano para 2026. Os golpistas usaram o argumento democratizante das eleições para justificar a imposição de um governo preposto e um regime político de exceção, após a destituição de Castillo, acusado de corrupção. Esse adiamento deixa claro que o objetivo da grande burguesia (interna e externa) é o de consolidar e fortalecer o governo preposto para, assim, impor seus interesses mais gerais. E deixar uma estrutura jurídica e econômica já armada, que condicione e restrinja o próximo governo eleito. Como acontece também no Equador, a burguesia objetiva acelerar as mudanças econômicas e jurídicas favoráveis à espoliação das riquezas do país pelo capital monopolista, e impulsionar ataques à vida das massas. É parte desse objetivo, alinhar completamente a diplomacia peruana à política exterior norte-americana.

É o que se constata com a ruptura das relações diplomáticas entre Peru e Colômbia, Nicarágua e Venezuela. Ou ainda nas relações com México e Argentina, que atingiram seu ponto mais baixo. Esses países servem em maior ou menor grau ao expansionismo da influência e dos interesses (econômicos, militares e geopolíticos) da burocracia estatal chinesa. Não por acaso, as medidas diplomáticas peruanas foram elogiadas pelos EUA, uma vez que, apoiando o governo preposto, consegue dar mais um passo em direção de seu objetivo de enfraquecer ou bloquear o avanço da China na América Latina. É parte desse objetivo, a aprovação da entrada de tropas dos EUA no Peru para realizar exercícios “antiterroristas” conjuntos com as Forças Armadas nacionais.

A experiência histórica e da luta

de classes no continente ensina que são as massas oprimidas que se rebelam e insurgem contra os governos pró-imperialistas, elas são o principal alvo dessa “manobra conjunta”. Basta ver o exemplo de usar Honduras como base de operações para atacar a Revolução Nicaraguense. Por sua vez, a militarização interna do país e os massacres de manifestantes, visando ao abortar da revolta das massas contra o golpe, tem esse mesmo objetivo geral: impedir que as massas deem passos na luta de classes, e se encaminhem instintivamente pela via revolucionária. Mas, como também demonstrou fartamente a experiência histórica, não basta a repressão para abortar a luta de classes. Ainda estão presentes na memória da burguesia os poderosos levantes operários e populares de 2019, no Equador, Chile, Colômbia e Peru, derrubando governos e impondo reivindicações (ainda que limitadas). No Peru, em 2020, a burguesia nacional enfrentou uma crise de poder e uma luta radicalizada e nacional das massas contra o regime burguês. As massas em luta derrubaram quatro governos em duas semanas. As condições que impulsionam esse levante não foram apagadas. A crise econômica continua desgraçando as massas, e o governo realiza ataques após ataques contra suas condições de vida. Permanece, todavia, a massiva desaprovação popular ao Parlamento (91% desaprova tudo o que foi feito por ele nos últimos anos). Isso explica porque foi aprovado, pelo Ministério Público do país, um processo contra Boluarte, por suposto “*delito de genocídio, homicídio qualificado e danos graves*”. Sabemos que o avanço desse processo dependerá, em última instância, do que decida o imperialismo. Até agora, mostrou-se firme em seu apoio ao governo. Mas, a cartada da destituição de Boluarte poderá ser usada, caso sua permanência agrave a crise, e seja necessário desviar as massas dos saltos na luta de classes.

Enquanto a burguesia imperialista e as frações oligárquicas peruanas manobram e ensaiam como impor seus objetivos, as massas continuam mobilizadas em choque contra o governo preposto, o Parlamento e as instituições do Estado burguês.

Comitês de 13 estados, e com aprovação unânime de mais de 500 mil pequenos camponeses, junto a organizações sindicais operárias, estão convocando a Jornada Nacional de Movilización Popular Permanente. Convocada para 19 de julho, e prorrogada para durar 10 dias, a mobilização é apoiada publicamente por inúmeros assalariados, juventude oprimida e pequenos comerciantes, por todo o país. O programa comum e nacional das mobilizações é: 1) imediata renúncia de Boluarte, 2) fechamento do Congresso, 3) imediata convocação de eleições e 4) Assembleia Constituinte. Esse “programa mínimo” impulsiona a luta radicalizada das massas contra o governo, o Estado e suas instituições. Foi graças à implementação desse programa que Castillo se elevou à presidência do país. O trágico curso de seu governo e sua impotência em democratizar o Estado, impedir novos golpes de Estado, subordinar as pressões do imperialismo e da direita à “soberania do voto”, demonstrou claramente que não há como a democracia e as instituições burguesas servirem para melhorar suas condições de vida ou libertar o país da opressão imperialista.

A desagregação do capitalismo obriga a burguesia avançar na destruição das ficções democratizantes, e dar passos à centralização ditatorial das instituições, para avançar na ofensiva contra a vida das massas, para impor seus interesses de classe. A militarização do país e o adiamento das eleições são uma prova conclusiva dessa avaliação. Por sua vez, as massas oprimidas não têm outra opção que continuar desenvolvendo os métodos da luta de classes, para se defenderem dos ataques e impor suas reivindicações mais sentidas. Sem nunca defender a democracia burguesa e suas instituições, os revolucionários impulsionam a luta das massas e combatem junto a elas pela sua vitória contra o Estado, a burguesia e o imperialismo, sem deixar de apontar a limitação dessas reivindicações. É acompanhando a evolução política em cada fase dessa luta, e sua experiência prática, que se erguerá o partido-programa e se desenvolverá a estratégia revolucionária. ●